FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

MAGNO PRADO GAMA PRATES

POLÍTICA LINGUÍSTICA: análise discursiva da legislação como instrumento político para o sujeito surdo

PORTO VELHO
2020

MAGNO PRADO GAMA PRATES

POLÍTICA LINGUÍSTICA: análise discursiva da legislação como instrumento do político para o sujeito surdo

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Acadêmico em Letras, Núcleo de Ciências Humanas, da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus José Ribeiro Filho.

Orientador: Prof. Dr. Élcio Aloisio Fragoso
Linha de Pesquisa: Estudos descritivos e aplicados de Línguas e Linguagens

PORTO VELHO

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

P912p Prates, Magno Prado Gama.

Política linguística: análise discursiva da legislação como instrumento do politico para o sujeito surdo / Magno Prado Gama Prates. -- Porto Velho, RO, 2020.

118 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Élcio Aloisio Fragoso

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Lei. 2.Libras. 3.Politica Linguística . 4.Sinalário. 5.Sujeitos Surdos. I. Fragoso, Élcio Aloisio. II. Título.

CDU 81"221.4:34

Bibliotecário(a) Luã Silva Mendonça CRB 11/905

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
MESTRADO EM LETRAS

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Magno Prado Gama Prates

POLÍTICA LINGUÍSTICA: análise discursiva da legislação como instrumento político para o sujeito surdo

Dissertação apresentada em 30 de setembro de 2020 ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras (PPGML) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como um dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pela banca examinadora constituída pelos docentes:

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Élcio Aloisio Fragoso
Presidente da Banca e Orientador (PPGML/UNIR)

_____
Profa. Dra. Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo
Membro Externo (UNICAMP)

_____
Profa. Dra. Odete Burgeile
Membro Interno (PPGML/UNIR)

Porto Velho – RO
2020

Documento assinado eletronicamente por **ELCIO ALOISIO FRAGOSO**, **Docente**, em 30/11/2020, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Carolina María Rodriguez Zuccolillo**, **Usuário Externo**, em 30/11/2020, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **ODETE BURGEILE**, **Docente**, em 01/12/2020, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0545221** e o código CRC **136A728C**.

AGRADECIMENTO

Estou muito feliz por estar realizando um sonho desafiador, por ter superado e vencido as dificuldades desse desafio que foi fazer essa dissertação de mestrado na área da Análise de Discurso. Agradeço imensamente a Deus por ter me abençoado sempre.

Também à minha mãe Magna Prado que sempre me estimulou com palavras positivas, me dando coragem e um amor enorme. Por isso tenho muito orgulho dela. Ela é uma pessoa maravilhosa, me estimulou a me desenvolver através do estudo, a aprender, quando pequeno, a ler e a escrever. Me ensinou a sonhar alto e por isso consegui aprender outras línguas estrangeiras igual a qualquer ser humano ouvinte, por essas razões, agradeço enormemente à minha mãe, meu amor por ela é o melhor e eterno.

Ao meu pai (in memoriam), uma grande perda em minha vida, o guardo sempre em meu coração e memória.

À minha tia Maria Sônia que me ensinou a importância do estudo, me dizendo que eu era capaz igual às demais pessoas, me dando a certeza de que era possível e que eu iria conseguir.

Aos meus familiares que me disseram para nunca desistir, me incentivando com palavras positivas, me dizendo para eu continuar porque iria longe, que o meu sonho era possível e seria um sucesso.

À professora Maria Antonieta Tigre, ela sempre me disse que eu iria conseguir ir longe, realizaria o meu sonho em ter uma carreira, por isso eu nunca deveria desistir

Aos meus importantes mestres surdos: José Tadeu, Marcus Calixto, Antônio Abreu, Irene Strock. Eles trouxeram a valorização para a comunidade surda no Brasil por causa de suas experiências e lutas, empunhando a bandeira em defesa das associações de surdos, CBDS, federações e a Feneis.

Agradeço aos meus amigos e amigas, Marcelo Silveira, Marcos de Moraes, Fabíola Barbosa, Priscilla Leonor, Milton Bezerra, Everaldo Santos e a tantos outros que me ensinaram o caminho para eu aprender e conseguir me tornar um líder na Bahia. Acompanhando-os, como líderes Surdos do Brasil, aprendi muito, principalmente na área das Políticas Públicas, luta pela vida, direito, legislação e Constituição Federal, áreas muito importantes para o conhecimento.

Ao prof. Neemias Santana que me disse pela primeira vez que os surdos podem e têm direitos iguais aos ouvintes, aprendi isso com ele, e a sinceridade dele me tornou mais feliz, levando-me a buscar minha independência, consciente do meu direito e da igualde às demais pessoas. Neemias também me disse: "você já está

pronto, agora compartilhe o que você aprendeu sobre a igualdade de direitos dos surdos com outras pessoas"

Aos meus amigos, Murilo Rocha, David Gomes, José Carlos, Joziel Rodrigues, Pedro Serafim, Wilson Silva, Henriete Mac-lins e Gislane Santos. Todos são eternos em meu coração.

Ao Amarildo João Espíndola, atual professor da UNB, com ele aprendi que fazer um mestrado na Universidade é um desafio, por causa da acessibilidade, é preciso de força e superação.

Aos tradutores e intérpretes de Libras que aceitaram participar na sala de aula do mestrado, promovendo a minha acessibilidade.

À chefe do Departamento de Libras por ter flexibilizado o meu horário; à coordenadora de Mestrado da área de Letras; aos colegas do Mestrado da turma de 2018.2 que compartilharam comigo momentos maravilhosos.

Ao professor e amigo Leoni Ramos por ter aceitado fazer a tradução da minha dissertação, como também à professora Elielza Reis da Silva, que deu continuidade a esse trabalho. O meu carinho a eles, pessoas especiais para mim.

Agradeço também ao Grupo de pesquisa GPeCHeLi por ter participado da discussão sobre os conceitos pertinentes à Análise de Discurso para a formulação dos sinais do sinalário, assim como aos surdos Greice Kelly e Rodrigo Fonseca, componentes do referido grupo de pesquisa, eles ajudaram muito na construção dos sinais.

Agradeço ao Carlos Barroso pela participação na discussão dos sinais referentes à AD, como também pela colaboração na formatação da dissertação.

Ao Me. Messias Costa – UnB, pela pesquisa na área do léxico de sinais; o seu conhecimento na área me incentivou para a formulação do sinalário, pois ele me disse ser importante a formulação de sinais para a área da AD.

Quero fazer uma homenagem especial à Profa. Dra Eni Orlandi por ter aceitado participar da Banca examinadora na minha qualificação. Também agradeço à Profa. Dra. Carolina Rodríguez por ter me desafiado com seus comentários e críticas para que eu formulasse melhor os conceitos da área que escolhi para a minha pesquisa, a AD.

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Élcio Fragoso por ter aceitado me orientar e estar disponível a qualquer hora e dia para conversar, bem como pela paciência, atenção e preocupação, assim como pelo compartilhamento de livros da área da AD e pelos vários encontros para o esclarecimento de dúvidas e ajuste do trabalho. Minha admiração e apreço a esse professor por sua responsabilidade e o desenvolvimento de um ótimo trabalho.

“O sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação” (HENRY, 1992).

PRATES, Magno Prado Gama. **POLÍTICA LINGUÍSTICA:** análise discursiva da legislação como instrumento do politico para o sujeito surdo. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras, Núcleo de Ciências Humanas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020.

RESUMO

Esta pesquisa tomará a Análise de Discurso (doravante, AD), desenvolvida a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, como dispositivo teórico-metodológico para a compreensão dos efeitos de sentidos produzidos pela textualidade dos documentos das Leis direcionadas aos direitos dos surdos no Brasil. Buscamos com isso compreender a materialidade da política linguística que fundamenta estas Leis, através da análise discursiva dos recortes da Lei de Libras nº 10.436/2002, a Lei do estado do Amazonas referente a Libras, a Lei Municipal de Porto Velho nº2059/2013, Lei nº 4559/2018, do Estado do Amazonas. Articularemos em nossa análise a AD aos estudos realizados na área de História das Ideias Linguísticas (doravante, HIL), desenvolvidos a partir dos trabalhos de Sylvain Auroux, Eni Orlandi e equipe, os quais serão os pilares fundamentais para a abordagem das questões referentes às Leis de Libras. Propomos, finalmente, um Sinalário formulado com sinais específicos da Análise de Discurso, que em nossa pesquisa é considerado um instrumento linguístico sobre a Língua brasileira de sinais (Libras), quer dizer, ele é um conhecimento produzido sobre esta língua, que tem uma realidade histórica.

Palavras-chave: Lei. Libras. Política linguística. Sinalário. Sujeitos Surdos.

PRATES, Magno Prado Gama. **POLÍTICA LINGUÍSTICA:** análise discursiva da legislação como instrumento do político para o sujeito surdo. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras, Núcleo de Ciências Humanas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020.

ABSTRACT

Discourse Analysis (hereinafter AD), which is developed from Michel Pêcheux's and Eni Orlandi's work, will be taken as a theoretical-methodological device for understanding the effects of meaning produced by the textuality of the documents of the laws related to the rights of deaf subjects in Brazil. Our aim is to understand the materiality of the linguistic policy that underlies these laws, through the discursive analysis of the aspects of the Law of Libras nº 10.436/2002, the Law of the State of Amazonas that refers to Libras, the Municipal Law of Porto Velho nº 2059/2013, Law nº 4559/2018, of the State of Amazonas. Our analysis will articulate the AD to the studies made in the area of History of Linguistic Ideas (hereinafter HIL), developed from the works of Sylvain Auroux, Eni Orlandi and their team, who will be the fundamental pillars for the questions related to the Laws of Libras. A Signalary formulated with specific signs of Discourse Analysis is proposed. According to our research it is considered a linguistic instrument on the Brazilian Sign Language (Libras), that is, it is knowledge produced about this language, which has a historical reality.

Keywords: Law. Libras. Linguistic Policy. Signalary. Deaf Subjects.

LISTA DE SIGLAS

AD	–	Análise de Discurso
AIE	–	Aparelhos Ideológicos do Estado
ARE	–	Aparelhos Repressivo de Estado Aparelho
CNRS	–	Centre National de la Recherche Scientifique
Feneis	–	Federação Nacional Educação dos Surdos
GPeCHeLi	–	Grupo de Pesquisa Conhecimento, História e Língua
HIL	–	História das Ideias Linguísticas
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDL	–	Inventário Nacional da Diversidade Linguística
INES	–	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
INJS	–	Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris
Libras	–	Língua Brasileira de Sinais
LS	–	Língua de Sinais
LSF	–	Língua de sinais Francesa
MEC	–	Ministério de Educação
MinC	–	Ministério de Cultura
RSI	–	real, simbólico e imaginário
TE	–	Teoria da Enunciação
UFRJ	–	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	–	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAMP	–	Universidade Estadual de Campinas
UNIR	–	Fundação Universidade Federal de Rondônia

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Três domínios da AD..... 22
Figura 02 – Releitura de base..... 24
Figura 03 – Conceitos da Análise de Discurso..... 24
Figura 04 – Teoria Althusseriana..... 29
Figura 05 – Sujeito..... 34
Figura 06 – Carta de Huet Eduard..... 43
Figura 07 – Livro de Flausino José da Gama..... 44
Figura 08 – William Stokoe..... 46
Figura 09 – Método Oralista..... 49
Figura 10 – Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES)..... 50
Figura 11 – Parâmetros..... 66
Figura 12 – Interpretação I..... 87
Figura 13 – Interpretação II..... 89

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Periodização da produção sobre língua de sinais do Brasil..... 52
Tabela 02 – Cronologia das leis de PCD..... 72
Tabela 03 – Descrição de parâmetros I..... 88
Tabela 04 – Descrição de parâmetros II..... 89
Tabela 05 – Sinalário dos sinais formulados em Libras..... 90

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 14
CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... 16
PARTE I – FUDAMENTOS TEÓRICOS..... 19
1 ANÁLISE DE DISCURSO – LINHA FRANCESA..... 20
2 MATERIALISMO HISTÓRICO – ANÁLISE DE DISCURSO..... 27
3 LINGUAGEM, SUJEITO E DISCURSO..... 31
4 ANÁLISE DE DISCURSO E A PSICANÁLISE..... 34
PARTE II – GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS..... 40
1 SOBRE HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUISTICAS..... 41
2 A HISTÓRIA DA LINGUA DE SINAIS BRASILEIRA..... 43
3 LEGISLAÇÃO SOBRE OS SUJEITOS SURDOS..... 69
PARTE III – ANÁLISE DOS RECORTES DAS LEIS..... 75
1 METODOLOGIA DE RECORTE DO *CORPUS*..... 76
PARTE IV – SINALÁRIO..... 81
1 SINALÁRIO HISTÓRICO DE LIBRAS DA ANÁLISE DE DISCURSO: um instrumento linguístico..... 82
CONSIDERAÇÕE FINAIS..... 112
REFERÊNCIAS..... 115

APRESENTAÇÃO

Eu, Magno Prates, sou surdo, de uma surdez profunda, congênita. Meus pais são surdos e, em decorrência disso, minha língua materna é a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Enfrento cotidianamente o desafio de ser surdo em uma sociedade onde a maioria das pessoas é ouvinte e em que a língua majoritária é a Língua Portuguesa.

Fui aluno de escolas ditas inclusivas, em que, muitas vezes, eu era o único surdo e isso exigiu um posicionamento de minha parte. Ao ser interpelado pelos acontecimentos, gradativamente fui sendo afetado pelo político, pela ideologia nessa posição de minha subjetividade surda.

Por esta razão é que sempre me voltei para o estudo das políticas públicas; inclusive, o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Letras/Libras, intitulado “A Comunidade Surda e a Política: Avanços na Bahia”, teve como objeto de análise o resultado da Lei e Decreto de Libras.

Fui movido a desenvolver este tema por perceber que a comunidade ouvinte desconhecia o que sejam as noções de cultura surda, direito linguístico e história da comunidade surda.

Ao concluir minha graduação me lancei a um ousado desafio: prestei o concurso para professor efetivo na Universidade Federal de Rondônia em 2017, passei em primeiro lugar e me mudei para Porto Velho.

Uma decisão difícil, mas necessária para quem almeja um emprego seguro. Assim deixei o Nordeste, onde residia com minha família, e vim para o norte sozinho.

Na Universidade quis galgar outro patamar na vida acadêmica e me matriculei como aluno especial no mestrado em Letras da já citada UNIR, fiz a disciplina Identidade Cultural e Discurso, cujo responsável era o professor Élcio Fragoso.

Esta disciplina, com conteúdos da Análise de Discurso, abordados de modo profundo, me incentivou e me afetou de tal modo que me levou a escolhê-la para desenvolver e elaborar minha pesquisa sobre a política linguística promovida pela legislação relativa aos sujeitos surdos à luz da AD.

No decorrer das aulas me deparei com palavras e sentidos totalmente diferentes dos que eu conhecia. Por ser surdo as aulas eram interpretadas, e por mais que o intérprete se desdobrasse, eu não conseguia entender os conceitos, percebia que não havia relação do que eu lia (embora minha leitura em Língua

Portuguesa seja precária) com o que era interpretado para mim. Faltavam sinais que me trouxessem o entendimento necessário. Todos esses fatos me levaram a refletir sobre a necessidade de um sinalário para essa área. Busquei uma intérprete particular que traduzisse e interpretasse os conceitos da análise de discurso de uma maneira mais clara para mim. Desta forma, fui conhecendo e aprendendo, fazendo deslocamentos necessários para que eu compreendesse esses conceitos tão diferentes dos que eu já havia aprendido na minha graduação. Afetado por esse acontecimento fui formulando o que denominei Sinalário para que os demais surdos que quiserem fazer pesquisa tendo como base a AD não passassem pela mesma dificuldade pela qual passei.

Descobri novos sentidos das palavras e ainda estou no processo de compreensão de cada um deles, pois há neles contradições que não são simples para mim. Todos esses fatos me levam a questionar se na minha língua há contradições (?), embora como analista de discurso eu já devesse saber que não há língua nem sujeito sem a contradição, entretanto, estou no processo de deslocamento; também descobri o quanto se faz necessário um intérprete que conheça e entenda os conceitos da AD. Essa pesquisa foi o maior de todos os desafios, pois me exigiu muitas leituras (a Língua Portuguesa é um enorme mistério para mim, um sinalizante) e me obrigou a questionar vários pontos sobre a história da educação de surdos. Isso me causou uma enorme inquietação, pois constatei os apagamentos históricos e ideológicos dos sujeitos surdos.

Por outro lado, esta pesquisa produziu efeitos de sentido que me levaram a elaborar um Sinalário em Libras com sinais-termos próprios para a AD.

Concluo esta pesquisa com muitos questionamentos em relação a minha língua e isto me incentiva a buscar um aprofundamento maior na Análise de Discurso.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho está vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Mestrado em Letras, da Universidade Federal de Rondônia, ao qual ingressei em 2018. O objetivo é analisar discursivamente a Política Linguística relativa aos sujeitos surdos, através da análise da legislação como instrumento político em relação a esses sujeitos. O *corpus* estará constituído por recortes das seguintes leis: Lei de Libras nº 10.436/2002[1], Lei nº 4559/2018[2], do Estado do Amazonas, Lei municipal de Porto Velho nº 2059/2013[3]. Buscaremos compreender os efeitos produzidos por essas textualidades, bem como a materialidade da política linguística que fundamenta essas Leis.

O referido estudo pautar-se-á na articulação de dois campos, a saber: 1) a teoria de Michel Pêcheux, fundada na França, na década de 1960, com a tese de doutorado Análise Automática do Discurso, e desdobrada por Eni Orlandi no Brasil, com 2) A História das Ideias Linguísticas (HIL). A análise de discurso aborda a língua como materialidade específica do discurso, que produz sentidos. Através de noções como enunciação, discurso e interdiscurso, buscaremos compreender a política linguística e os sentidos produzidos pela textualidade das leis direcionadas aos surdos brasileiros.

No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),[4] em 2010, 9,7 milhões declaram ter deficiência auditiva[5] (5,1%). A deficiência auditiva severa foi declarada por mais de 2,1 milhões de pessoas. Destas, 344,2 mil são surdas e 1,7 milhão de pessoas têm grande dificuldade para ouvir.

O sujeito Surdo[6] na sociedade brasileira se identifica à Língua Brasileira de Sinais (Libras), associada à sua cultura e sua história, afetada pela ideologia, pelo

---

[1]Legislação disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>.
[2]Legislação disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/norma/10032>.
[3]Legislação disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ro/p/porto-velho/lei-ordinaria/2013/205/2059/lei-ordinaria-n-2059- 2013-dispoe-sobre-a-oficializacao-da-lingua-brasileira-de-sinais-libras-no-municipio-de-porto-velho-e-da-outras-providencias-2013-08-01>.
[4]Ver em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/default.php>.
[5]"Os profissionais da educação acreditam que os Surdos são sujeitos que necessitam de adaptações, de meios que possibilitam a sua real aprendizagem. O deficiente auditivo é visto como alguém deficiente da fala, do pensamento, dentre outras questões" (JÚNIOR, 2011, p. 26).
[6]Estratégia de empoderamento, de posição e divulgação do sujeito Surdo enquanto cidadão que luta por seus direitos políticos, linguísticos, educacionais e outros para que seja respeitado as manifestações através da LSB e uma efetiva inclusão (JÚNIOR, 2011, p. 26).

interdiscurso, promovendo a ideia de pertencimento a um grupo social específico. Mas, embora haja uma lei criada para promover-lhes direitos, na prática não há garantias em sua aplicação que melhorem efetivamente a vida dos sujeitos Surdos.

Esta pesquisa visa à compreensão dos efeitos de sentidos do discurso produzidos pela textualidade dos documentos das Leis direcionadas aos direitos dos Surdos do Brasil, tendo como pressuposto teórico-metodológico a análise de discurso, que considera as condições históricas em que se operam as lutas linguísticas e a resistência dos sujeitos Surdos. O dispositivo da AD se constitui tendo como base um entrecruzamento entre o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise. Para a AD, como afirma Eni Orlandi (1999, p.17), trata-se de analisar a "língua funcionando para a produção de sentidos".

Os conceitos centrais para nossa análise serão os de sujeito, língua, ideologia e discurso, aliados a outros, como imaginário, história, enunciação resistência e condições de produção.

Para concluir, esclarecemos que esta pesquisa é apoiada pelo Grupo de Pesquisa Conhecimento, História e Língua (GPeCHeLi)[7], liderado pelo pesquisador professor doutor Élcio Aloisio Fragoso e membros discentes; este grupo semanalmente se encontra para discutir sobre a teoria da AD entre outras questões. Através destes encontros descobrimos a necessidade de se formular um sinalário para fazer o registro de sinais da Libras, pois não há no Brasil sinais específicos, próprios da AD. Por esta razão observamos a importância disso para que a partir desta pesquisa estes sinais sejam implementados e disseminados.

A pesquisa também abordará a constituição da Língua de Sinais (LS), assim como o seu processo de gramatização, aliando a AD à HIL.

Sabemos que a sociedade brasileira desconhece a língua e a luta da comunidade Surda[8]: esta é invisível aos seus olhos. Por esta razão, faremos o recorte das Leis criadas por esta sociedade ouvinte para os cidadãos Surdos para que assim possam ser analisadas à luz da AD. Assim: "Um recorte é o resultado da relação entre a pergunta básica do analista e o material da análise. Os recortes indicam características dos processos de significação" (ORLANDI, 2003, p.11).

---

[7]O espelho do referido grupo, junto ao cadastro do Diretório de Grupos de Pesquisa, do CNPq, está disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4206676813828874>.

[8]"Então entendemos que a comunidade surda de fato não é só de sujeitos surdos, há também sujeitos ouvintes – membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros" (STROBEL, 2008, p. 31).

Este trabalho estará estruturado da seguinte maneira: uma apresentação, onde faremos as considerações iniciais sobre a pesquisa de uma maneira geral; a parte I, que abordará a fundamentação teórica da análise de discurso, apontando sua relação com o marxismo e a psicanálise e apresentando os seus conceitos principais: sujeito e discurso; a parte II, faremos um panorama da área história das ideias linguísticas e abordaremos, especificamente, a gramatização da língua de sinais brasileira e a legislação voltada para os sujeitos Surdos; a parte III, faremos a análise dos recortes das Leis que fazem parte do *corpus* deste trabalho; a parte IV, apresentaremos o Sinalário dos sinais formulados em Libras a partir desta pesquisa, seguido das considerações finais e a bibliografia.

PARTE I – FUDAMENTOS TEÓRICOS

1 ANÁLISE DE DISCURSO – LINHA FRANCESA

A Análise de Discurso foi fundada na França por Michel Pêcheux, na década de 1960. Ele nasceu em Tours, em 1938, e faleceu em Paris, em 1983. Ingressou na Escola Normal Superior de Paris, em 1963, na qual se graduou em filosofia, em 1966; começou atividades de pesquisas no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), e fundou a Escola Francesa de Análise de Discurso em 1969. Seus estudos tiveram como referências principais George Canguilhem (1904 – 1995), que tratava sobre objetos ligados à história e à epistemologia, o filósofo Louis Althusser (1918 – 1990), que propôs uma leitura particular da obra de Marx, bem como as teorias de Freud e de Lacan.

O filósofo Michel Pêcheux fazia pesquisa no Laboratório de psicologia social do CNRS, juntamente com Paul Henry e Michel Plon, este último formado em psicologia e Henry em matemática e linguística. Esses autores trabalharam juntos para estabelecer as bases teóricas da AD, contribuindo para a filosofia, as ciências da linguagem e as ciências humanas em geral. (MALDIDIER, 2003)

A Análise de Discurso – quer se a considere como um dispositivo de análise ou como a instauração de novos gestos de leitura – se apresenta, com efeito, como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise (PÊCHEUX, 2002, p.8).

Michel Pêcheux articulou na fundação da Análise de Discurso três áreas (regiões) de conhecimento: o Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise. Seu trabalho promoveu rupturas nas áreas da Epistemologia, História, Linguística e Ciências Socais. Ele propunha um aprofundamento na análise das palavras, ou seja, do discurso, pois percebia a complexidade da materialidade linguística. De acordo com Paul Henry (1993, p.18): “Pêcheux visava a uma transformação da prática nas ciências sociais, uma transformação que poderia fazer desta prática uma prática verdadeiramente cientifica”.

O objetivo de Pêcheux, de acordo com Orlandi, no campo do conhecimento sobre a análise de discurso era analisar a língua em sua relação com o sentido, a sociedade e a história. Como afirma a autora: “[...] procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI,1999, p. 15).

Outros trabalhos procuram compreender o papel de Michel Pêcheux no processo de constituição e de construção da Análise de Discurso. Françoise Gadet explica a emergência dessa disciplina na França:

> Emergência geográfica, de início: fenômeno limitado à França. Ou, para ser mais exata, o que pode levar esse nome (por exemplo, existe uma disciplina "discourse analysis" na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos) não se apóia sobre a mesma configuração teórica, e não se reveste, de modo algum, da forma. Na França, a Análise de Discurso é, de imediato, concebida como um dispositivo que coloca em relação, sob uma forma mais complexa do que o suporia uma simples covariação, o campo da língua (suscetível de ser estudada pela linguística em sua forma plena) e o campo da sociedade apreendida pela história (nos termos das relações de força e de dominação ideológica). Emergência temporal, também; a Análise de Discurso aparece nos anos sessenta, sob uma conjuntura dominada pelo estruturalismo ainda pouco criticado na linguística, e triunfante por ser "generalizado", isto é, exportado para as outras ciências humanas (por exemplo, por Lévi-Strauss ou Barthes), ou inspirador de reflexões mesmo quando não se declara explicitamente (por Lacan, Foucault, Althusser ou Derrida); a linguística pode ainda ser chamada de ciência-piloto das ciências humanas" (GADET, 1993, p. 7- 8).

Ainda conforme Orlandi (1999, p.16): "a Análise de Discurso critica a prática das Ciências Sociais e a da Linguística, refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua".

Destacamos que Pêcheux buscava uma metodologia para a AD, ou seja, em suas pesquisas buscava a especificidade da AD em relação ao estruturalismo e à linguística, por considerá-lo insuficiente para compreender o funcionamento da linguagem, criticando ao mesmo tempo as Ciências Sociais, pela concepção de prática científica predominante, que considerava a linguagem como sendo transparente. Dentre as principais obras de Pêcheux, que estabeleceram as bases da AD, como teoria da linguagem como prática política, podemos citar: sua tese de doutorado, Por Análise Automática do Discurso (1993); Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio (1975); A língua inatingível (1981), em coautoria com Françoise Gadet; O discurso: estrutura ou acontecimento (1983).

Neste percurso, a partir da identificação de fissuras teóricas nas ciências sociais, em particular na psicologia social, sendo esta sua grande ambição, Pêcheux

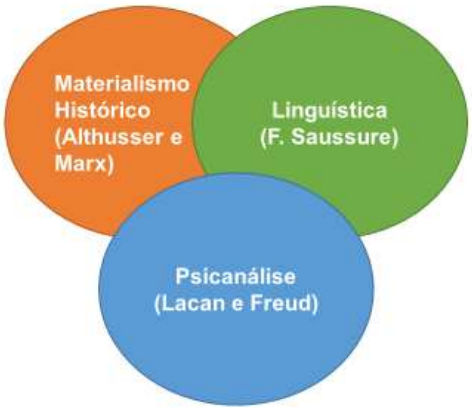
articula o materialismo histórico (Althusser e Marx), a linguística (F. Saussure) e a Psicanálise (Lacan e Freud), como afirmam Pêcheux e Fuchs:

> 1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
> 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
> 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX e FUCHS, 1975, p. 163-164).

E os autores seguem pontuando que: “Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX e FUCHS, 1975, p. 164).

Os conceitos dos três domínios articulados pela AD segundo Michel Pêcheux:

Figura 01 – Três domínios da AD



Fonte: elaborada pelo autor.

(1ª Região - Materialismo histórico): campo de conhecimento tendo como referência Karl Marx, cujo objeto é a teoria das formações sociais. Pêcheux fez esta releitura através de Althusser, tomando e elaborando discursivamente o objeto central de ideologia, em sua relação com os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Indursky afirma, que:

> Essa concepção materialista da História permitiu a Althusser, em seus "Aparelhos Ideológicos do Estado" (AIE-1983), empreender

> uma teoria das ideologias com base na história das formações sociais e nos seus modos de produção, levando em conta as lutas de classe que aí se desenvolveram (INDURSKY, 1992, p. 6).

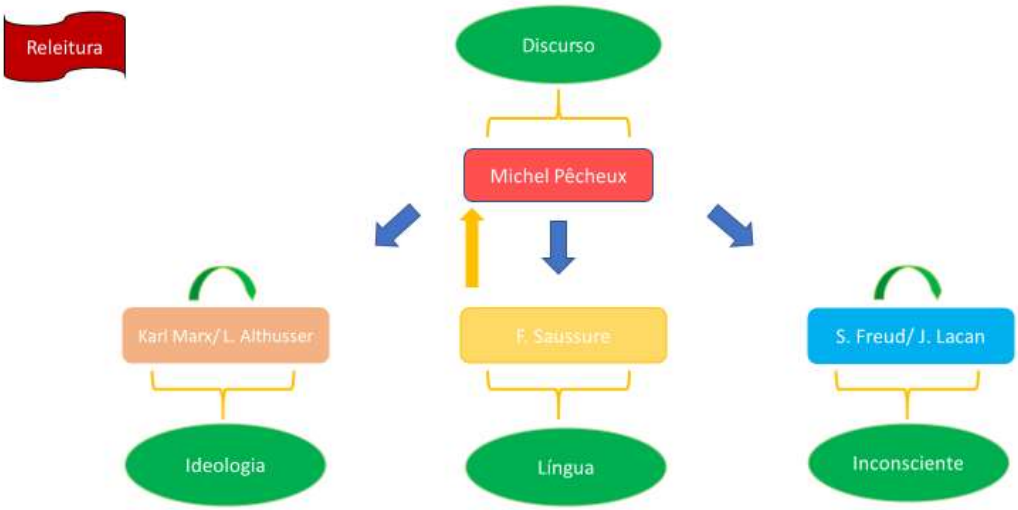
Concluímos, então, que do materialismo histórico Pêcheux trouxe, para refletir sobre a língua e o sujeito, os conceitos de ideologia, de história e de transformações.

(2ª Região - Linguística): F. Saussure, com seu livro Curso de Linguística Geral, determinou os contornos da linguística moderna. Trata-se de um livro póstumo, publicado em 1916 a partir das anotações de seus alunos dos cursos ministrados por ele. Esse livro seria a base do que veio a ser chamado de "estruturalismo", fundamentado num corte que estabelece uma relação dicotômica entre língua/ fala, que a AD irá questionar, ao propor uma relação, não dicotômica, entre língua e discurso (Orlandi 2003, p.3). Como afirma Ferreira:

> Objeto teórico da AD (objeto histórico-ideológico), que se produz socialmente através de sua materialidade específica (a língua); prática social cuja regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção, não dos seus produtos. O discurso é dispersão de textos e a possibilidade de entender o discurso como prática deriva da própria concepção de linguagem marcada pelo conceito de social e histórico com a qual a AD trabalha. É importante ressaltar que essa noção de discurso nada tem a ver com a noção de parole/fala referida por Saussure (FERREIRA, 2001 p. 14).

(3ª Região - Teoria do Discurso): A teoria do discurso deve articular, para Pêcheux, os processos semânticos e históricos à análise linguística em diferentes níveis: lexicais, morfológicos e sintáticos. Dessa perspectiva materialista, o discurso é indissociável de sua base linguística, pois língua e discurso estão imbricados. Como afirma Indursky (1992, p.20), "É por essa razão que se faz necessária uma Teoria do Discurso. É ela que irá produzir o corpo teórico necessário para que a AD possa se instaurar e operar sobre esse objeto heterogêneo que é o discurso".

Figura 02 – Releitura de base



Fonte: elaborada pelo autor.

A análise de discurso busca formular dispositivos teóricos para a compreensão do objeto, do simbólico e os efeitos de sentidos do discurso, articulando história, ideologia e língua. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Orlandi retoma a definição de Pêcheux: “é efeito de sentidos entre locutores”. (ORLANDI, 1999, p. 21). Orlandi diz ainda que o método de AD busca compreender o funcionamento da linguagem, seus objetos simbólicos como conceitos específicos no trabalho de pesquisa de campo (ORLANDI, 1999).

Figura 03 – Conceitos da Análise de Discurso

Fonte: elaborada pelo autor.

São conceitos fundamentais da AD os conceitos de condições de produção e de interdiscurso, que relacionam a linguagem ao contexto sócio-histórico e ideológico. De acordo com Ferreira, as condições de produção:

> São responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e mantêm com a linguagem uma relação necessária, constituindo com ela o sentido do texto. As condições de produção fazem parte da exterioridade linguística e podem ser agrupadas em condições de produção em sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico), segundo preconiza Orlandi (1999) (FERREIRA, 2001, p. 13).

A AD distingue dois eixos no funcionamento do discurso. De um lado, o eixo vertical, relacionado ao interdiscurso, ou seja, o sujeito se inscreve através de seu discurso na memória do já dito; em sua formulação discursiva há vestígios de tudo o que foi dito e esquecido ao longo da história. É no funcionamento do interdiscurso que encontramos o trabalho da ideologia e do inconsciente (Orlandi,2017).

De outro lado, o eixo horizontal, relacionado ao intradiscurso, ou seja, o sujeito opta por outras formulações ressignificando o seu discurso naquele momento, em condições dadas (Orlandi, 1999).

Outro aspecto referente à análise de discurso é o conceito de esquecimento formulado por Michel Pêcheux (1975). Ele conceitua o esquecimento ideológico como parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. O esquecimento pertence ao campo do inconsciente e de como somos afetados pela ideologia, ou seja, dizemos o que queremos no sentido do desejo do inconsciente, não temos controle total do que dizemos, nem tampouco a origem do que dizemos está em nós, mas na relação com a exterioridade e com a alteridade. Entretanto, podemos ressignificar o sentido do que dizemos pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história. (Orlandi,1999).

Há no discurso mecanismos de funcionamento, isto é, que funcionam de acordo com certas condições de produção. A relação de sentidos também é um mecanismo que tem a ver com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (Orlandi,1999).

Também faz parte desse mecanismo a antecipação, tal como formulado por Pêcheux.

Ela regula a argumentação, ou seja, o sujeito consegue antecipar-se no discurso prevendo, de algum modo, o efeito que pensa em produzir em seu interlocutor.

Outra noção é a relação de forças, que segundo Orlandi (1999, p.37): “o sujeito é constitutivo do que ele diz a partir do lugar do qual fala”. Nesse sentido, a relação de forças se estabelece de acordo com a posição que o sujeito ocupa naquele momento, Por exemplo: a fala de um presidente vale mais que a de um ministro. Isto considerando a constituição hierárquica da nossa sociedade. Entretanto, no discurso, os poderes impostos pela sociedade não funcionam, isto é, as relações de poder não estão determinadas diretamente pelo lugar empírico ocupado. O que funciona são as formações imaginárias, isto é, as imagens que resultam em projeções. E de acordo com Orlandi (1999, p.38): “são as projeções que possibilitam passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições do sujeito no discurso”.

Por fim, ao tratarmos dos mecanismos do funcionamento do discurso nos deparamos com a noção da formação discursiva. Ela é definida por Pêcheux como aquilo que pode ser dito a partir de um lugar dado, em uma conjuntura dada. Isto significa que dependendo das condições de produção se produz sentidos diferentes e esses sentidos dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas, segundo Orlandi (1999); mas o seu funcionamento não é automático nem homogêneo, ou seja, as formações discursivas são constituídas pela contradição.

2 MATERIALISMO HISTÓRICO – ANÁLISE DE DISCURSO

O principal objetivo de Pêcheux era abrir uma fissura teórica e científica nas Ciências Sociais. Para tanto se fazia necessário um instrumento científico, porém, para Pêcheux (1993), devia-se evitar o erro de “considerar qualquer utilização de um instrumento como científico, esquecer o papel dos instrumentos na prática científica”. Deste modo, sob o codinome Thomas Herbert, Pêcheux escreve dois de seus primeiros textos, onde desenvolve uma análise sobre o que é um instrumento científico e através dessa formulação concebeu o seu sistema de análise automática do discurso. Mas Pêcheux não se restringiu somente a essa formulação e desenvolveu a sua própria definição sobre o que seria instrumento científico. Ele toma os autores Bachelard e Canguilhem, mas também sustenta o seu conceito com elementos advindos de uma análise marxista sobre a divisão do trabalho, tanto manual quanto intelectual, cujo resultado é o caráter contraditório das forças produtivas, das relações sociais de produção, consequência de uma sociedade pautada nas divisões de classes.

Nesse sentido, Pêcheux critica as Ciências Sociais por sua utilização de instrumentos concebidos como práticas científicas e a define como essencialmente técnica com uma ligação com a prática política. Outro ponto da crítica formulada por ele às Ciências Socias é que o uso de instrumentos pode ser utilizada para autorizar ou mesmo contestar posições ideológicas. Por esta razão, Pêcheux escolheu a análise de discurso e o discurso como instrumentos para provocar uma ruptura no campo ideológico das Ciências Sociais. Ele quis romper, principalmente, com a visão instrumental da linguagem. E ao escrever A Análise Automática do Discurso e os dois textos assinados por Herbert a preocupação de Pêcheux era exatamente o elo entre o discurso e a prática política, pois ele já tinha concluído que a ideologia passava por ambos.

Segundo Althusser, Pêcheux baseado na ideologia “introduz o sujeito enquanto efeito ideológico elementar”. Para ele o indivíduo enquanto sujeito é interpelada a ocupar um lugar determinado no sistema de produção. Ainda segundo Althusser: “A ideologia não existe senão por e para os sujeitos” (Paul Henry, 1993, p.30).

A teoria althusseriana tem como objeto de pesquisa a releitura da obra de Karl Marx O Capital. Porém, esta releitura foi pautada em um método denominado

por Althusser de “leitura de sintomas”. Esse método teve como estratégia o confronto dos textos do próprio Marx, pois dessa forma Althusser visava novas elaborações para o marxismo. Pêcheux se interessou por essa abordagem, ou melhor, por esse método desenvolvido por Althusser, pois era seu interesse constituir uma teoria e um método.

Guiado não tão somente pela releitura de Marx, Althusser também trilhou caminhos pelos “instrumentos filosóficos” e nessa incursão encontrou em Spinoza um caminho para fazer uma crítica à concepção do sujeito como origem. Em Hegel ele conseguiu encontrar a contradição que não encontrou em Spinoza. E isso levou a Althusser ver a ideologia como sendo elemento universal da existência histórica. Assim, Althusser explica: “conduzido diretamente a uma teoria das ideologias em que estavam apagadas as diferenças entre as regiões da ideologia, as contradições de classe que passam através delas, dividem-nas e as opõem umas às outras” (Paul Henry, 1993, p. 32).

Ainda na releitura da teoria marxista, Althusser encontra o que Marx define como Aparelho de Estado (AE). Esse aparelho atua como força repressiva, principalmente contra o proletariado e em favor das classes dominantes.

Althusser considera essa definição de natureza descritiva, e na oposição entre teoria e descrição ele encontra a contradição, aliás, Althusser considera que toda teoria passa por fases e uma das fases é a fase descritiva. Diante disso, ele enfatiza que não é uma crítica à teoria marxista, pois para ele grandes descobertas científicas passam por essa fase descritiva; entretanto, segundo ele, “essa fase representa uma fase de constituição da teoria exigindo de si mesma uma superação”. Althusser (1985, p. 34) afirma que: “A definição do Estado como Estado de classe no aparelho de Estado repressivo esclarece de uma maneira fulgurante todos os factos observáveis nas diversas ordens de repressão”.

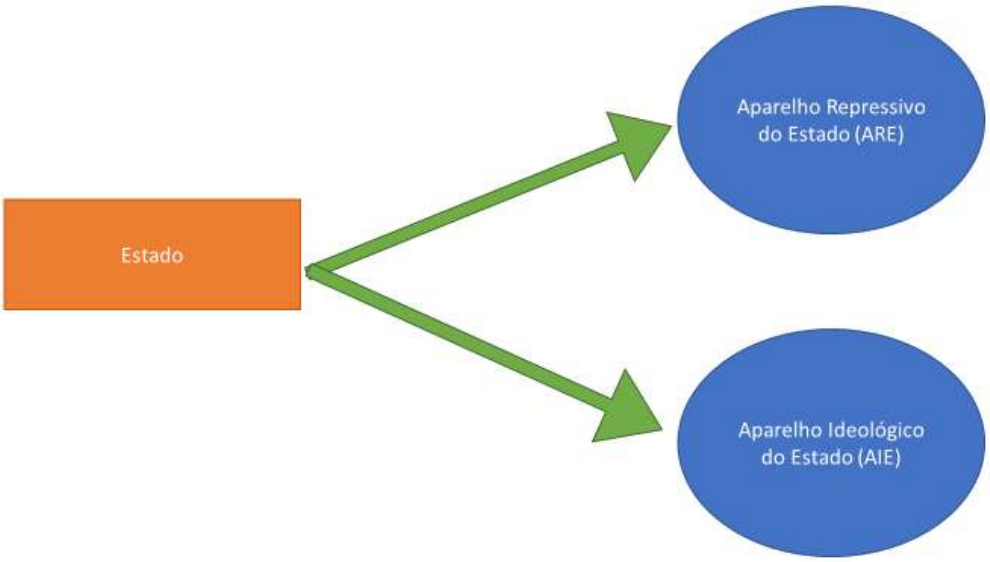
Outro ponto destacado por Althusser sobre a teoria marxista é a distinção entre o poder de Estado e aparelho de Estado; ou seja, o Estado é o aparelho repressivo de Estado, enquanto o poder de Estado é exatamente o que as lutas de classe visam.

Althusser, na formulação de sua teoria geral, faz a distinção entre o Aparelho de Estado, definido por ele como Aparelho de repressão de Estado e o também definido por ele como Aparelho Ideológico de Estado. Diante da detalhada e profunda explanação dele, tomamos apenas pontos básicos e elementares destas

distinções: o ARE – Aparelho repressivo de Estado é público formado pelo exército, polícia e tribunais; são plurais e funcionam pela violência. O AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado podem funcionar independentemente de ser público ou privado, eles funcionam pela ideologia. Segundo Althusser:

> Se os AIE «funcionam» de maneira massivamente prevalente pela ideologia, o que unifica a sua diversidade é precisamente este funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual funcionam é sempre unificada apesar das suas contradições e da sua diversidade, na ideologia dominante, que é a da «classe dominante»... Se quisermos considerar que em princípio a «classe dominante» detém o poder de Estado (de uma forma franca ou, na maioria das vezes, por meio de Alianças de classe ou de fracções de classes), e dispõe portanto do Aparelho (repressivo) de Estado, podemos admitir que a mesma classe dominante é activa nos Aparelhos ideológicos de Estado. É claro, agir por leis e decretos no Aparelho (repressivo) de Estado e «agir» por intermédio da ideologia dominante nos Aparelhos ideológicos de Estado são duas coisas diferentes (ALTHUSSER, 1980, p. 48-49).

Figura 04 – Teoria Althusseriana



Fonte: elaborada pelo autor.

L. Althusser define a ideologia da seguinte maneira:

> a) a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência.

> b) a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas.
> c) a ideologia interpela indivíduos como sujeitos (ALTHUSSER, 1985, p. 47).

Para Althusser a ideologia só existe através do sujeito e para os sujeitos. Ela interpela os indivíduos como sujeitos.

> Portanto a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos. Como a ideologia é eterna, vamos suprimir a forma da temporalidade na qual representámos o funcionamento da ideologia e afirmar: a ideologia sempre-já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que nos leva a precisar que os indivíduos são sempre-já interpelados pela ideologia como sujeitos, e nos conduz necessariamente a uma última proposição: os indivíduos são sempre-já sujeitos. Portanto, os indivíduos são <<abstractos>> relativamente aos sujeitos que sempre-Já são. Esta proposição pode parecer um paradoxo.
> Que um indivíduo seja sempre-já sujeito, mesmo antes de nascer, é, no entanto, a simples realidade, acessível a cada um e, de maneira nenhuma, um paradoxo (ALTHUSSER, 1980, p. 102).

Michel Pêcheux observa de forma crítica o estudo sobre o conceito de Althusser a respeito da teoria da ideologia geral e as possíveis ligações que possam ser tratadas como objetos de ideologia para a AD.

> concebidos como máquinas ideológicas que se limitam unicamente a reproduzir as relações de produção existentes. Se, no seu interior, trava-se ininterruptamente a luta de classe, esses AIE constituem simultânea e contraditoriamente o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção. Nesse sentido, o aspecto ideologia para a transformação das relações de produção reside na luta para impor, no interior do complexo dos AIE, novas relações de desigualdade-subordinação (PÊCHEUX, 1988, p. 129 - 131, *apud* INDURSKY, 1992, p. 7).

3 LINGUAGEM, SUJEITO E DISCURSO

Em Análise de Discurso, a noção de sujeito é concebida de modo diferente do senso comum. Segundo esta disciplina, o sujeito é atravessado pela linguagem e pela história e desde a sua constituição ele é afetado por ambas, pois se não se submeter a elas ele não se constitui, não fala e não produz sentidos (Orlandi, 1999).

Entretanto, para dizer e produzir sentidos ele (sujeito) tem que se submeter à língua. Neste sentido encontramos a contradição, ou seja, a liberdade de imaginariamente ser livre para tudo dizer e ao mesmo tempo ser submetido a ela (à língua). Segundo Orlandi (1999) essa é a base do assujeitamento.

Ainda de acordo com Orlandi (1999, p. 49): “o assujeitamento se faz de modo que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade”. O sujeito para dizer necessita se submeter à língua. Ela é uma das manifestações da linguagem e tem uma relação necessária com os sentidos, sendo que não há sentido sem interpretação. A noção de interpretação não é evidente, pois assim como há diferentes manifestações da linguagem há diferentes gestos de interpretação.

A pesquisa é um caminho importante para o conhecimento, principalmente, para a compreensão da interpretação pela análise de discurso. Eni Orlandi destaca três conceitos sobre interpretação:

> Como a interpretação está em qualquer um,
> As maneiras como as instituições regulam os gestos de interpretação, dispondo sobre o que se interpreta, como se interpreta, quem interpreta, em que condições, e
> A necessidade de trabalhar a interpretação como parte necessária e dotada de uma singularidade, para cada especialista em particular (ORLANDI, 1996, p. 10).

Todos estes elementos se inter-relacionam com o que diz Orlandi: “O homem não pode evitar a interpretação ou ser indiferente a ela, mesmo que ele não perceba que está interpretando” (ORLANDI, 1996, p. 10).

Com base nesta afirmação de Orlandi, citamos o exemplo do sujeito Surdo que privado da audição recorre à visão para compreender o mundo, mundo este em que palavras e expressões são ditas e interpretadas de uma língua oral-auditiva para a língua de sinais e vice-versa, mais ainda, são reguladas pelos gestos de

interpretação de um tradutor e intérprete de Libras (no caso do Surdo brasileiro). Como diz Orlandi (1996, p.10): “a interpretação está em qualquer um”. Então, ele, o sujeito Surdo, as interpreta com a manifestação da sua língua visual – a língua de sinais, e os sentidos ou não dela, como também recebe essa “interpretação” através do gesto de interpretação.

Também recebe pelo gesto de interpretação formulado pelo ouvinte aquilo que lhe é dito na língua oral interpretado pela língua de sinais, além do que ele mesmo formula em língua de sinais e é interpretado para a língua oral pelo ouvinte. Há neste espaço o gesto de interpretação que não é evidente e, portanto, passível de equívocos. Assim sendo, haverá sempre o apagamento tanto do Surdo quanto do ouvinte no gesto de interpretação de ambas as línguas.

Assim, como diz Orlandi, “o gesto de interpretação é o lugar em que se tem a relação do sujeito com a língua esta é a marca da subjetivação, o traço da língua com a exterioridade” (ORLANDI, 1996, p. 46).

As relações do homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo são mediadas pelo discurso. Ele, o discurso, é a materialidade dessa relação (Orlandi, 1996).

> Como os sentidos não são indiferentes à matéria significante, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc. A matéria significante – e/ ou a sua percepção – afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele (ORLANDI, 1996, p. 12).

Eni Orlandi (1999), afirma ainda, baseada em Pêcheux e Althusser: “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”. Isto se torna claro partindo do pressuposto de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, afetado pela língua – com a história, e a sua marca de subjetividade é realizada pelo gesto de interpretação na relação do sujeito com a língua, com a história e com os sentidos. Assim ideologia e inconsciente estão materialmente ligados no funcionamento da língua, não havendo discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia.

Ainda sobre a ideologia e o sujeito é fato que não há realidade sem ideologia, ou melhor, não há acesso a ela que não seja pela ideologia. A constituição do sujeito e dos sentidos é realizada pela ideologia, ela é a condição. É nela que o indivíduo interpelado em sujeito produz o discurso. Em seu funcionamento, segundo

Pêcheux, produz um tecido de evidências de que somos já sempre sujeitos e esse fato apaga o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia e é neste paradoxo que o sujeito constitui a sua existência, isto é, a sua interpelação pela ideologia. Desse modo, podemos considerar que a ideologia é uma função necessária para estabelecer a relação da linguagem e mundo.

Iniciamos nossas considerações sobre texto e discurso com alguns questionamentos: qual a relação entre o texto e discurso? Uma vez que nosso objeto de pesquisa é o estudo da legislação sobre Libras, isto é, o discurso produzido pela textualidade das leis, faz-se necessário, então, compreendermos o que é o texto e o que é discurso.

Eni Orlandi nos traz a noção de texto como sendo um objeto linguístico – histórico e na perspectiva do discurso encontramos sua incompletude, suas várias significações, pois estabelece relações com outros textos, com suas condições de produção e a sua exterioridade constitutiva, ou seja, sua historicidade. Assim, o texto é essa unidade que se estabelece pela historicidade enquanto unidade de sentido. Entretanto, na AD o texto não é um ponto de partida absoluto nem tampouco de chegada. Ele, como diz Orlandi (1999, p. 70), “é só uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente, ou seja, ele é um exemplar do discurso”,

Todas estas definições são importantes para o esclarecimento e compreensão do nosso objeto de pesquisa sobre a relação da legislação de libras e o discurso.

> um texto, do ponto de vista de sua apresentação empírica, é um objeto com começo, meio e fim, mas que se o considerarmos como discurso, reinstala-se imediatamente sua incompletude. Dito de outra forma, o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada- embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira – pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer) (ORLANDI, 1996, p. 54).

4 ANÁLISE DE DISCURSO E A PSICANÁLISE

Michel Pêcheux buscou na psicanálise freudiana, através da releitura de Lacan, um caminho para repensar a língua de modo diferente do já estabelecido a partir de Saussure na Linguística, formulando um novo objeto, o discurso.

Lacan formula na psicanálise os conceitos de sujeito e subjetividade.

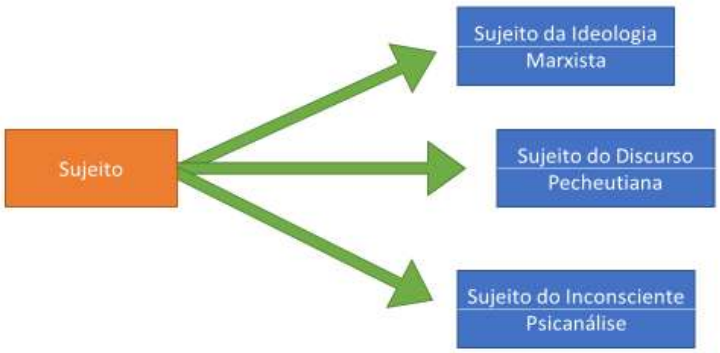
> Enquanto na Teoria da Enunciação (TE) o Eu é considerado sujeito e centro de toda enunciação, na AD a subjetividade se desloca do eu e passa a ser vista como inerente a toda linguagem, constituindo-se, portanto, mesmo quando este eu não é enunciado. Para a teoria discursiva, o sujeito não é a fonte do sentido, nem o senhor da língua. Despossuído de seu papel central, o sujeito é integrado ao funcionamento do discurso, determinando e sendo determinado tanto pela língua quanto pela história (Orlandi & Guimarães, 1988) (FERREIRA, 2001, p. 22).

Sendo o sujeito do significante, ou seja, o indivíduo, que pela linguagem, isto é, o sistema material dos significantes em que é especificado como humano pelo poder da simbolização, isto é, passar o real ao ser (ASKOFARÉ,2009).

A partir do conceito de Freud sobre sujeito e sua concepção sobre inconsciente Lacan formula a noção de sujeito do inconsciente apurando o conceito ele elabora a tópica RSI – real, simbólico e imaginário.

Para Orlandi (2017), o sujeito em Lacan não é um dado base, um lugar qualquer do psiquismo em cujo centro viriam ajustar operações de reconhecimento/desconhecimento constitutivas da mecânica interna da reprodução ideológica.

Figura 05 – Sujeito



Fonte: elaborada pelo autor.

Destacamos que do campo da psicanálise, Michel Pêcheux traz como ponto principal a relação entre a constituição do sujeito (pensada psicanaliticamente) e o assujeitamento ideológico (pensado, portanto, em termos marxistas). Já Lacan, conforme Askofaré, concebe o sujeito e o classifica em tipos, tais como:

- topológico: o sujeito como corte;
- dinâmico: o sujeito como defesa;
- tópico: o sujeito como suposto;
- econômico: o sujeito como desejo;
- ético: o sujeito como responsável (ASKOFARÉ, 2009, p. 169).

A articulação entre Análise de Discurso e Psicanálise ocorre na relação discurso e inconsciente, isto é, o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia, ou seja, o sujeito é afetado pelo inconsciente e pela ideologia.

> O sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redunda em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 1999, p. 18).

Vale ressaltar que a Análise de discurso e a Psicanálise são disciplinas independentes. Ela contribuiu com o deslocamento da noção de homem para a noção de sujeito (Orlandi, 1999).

Assim, para a psicanálise, Lacan, a partir das noções formuladas por Freud, formula a noção de sujeito do inconsciente. Enquanto que Pêcheux, a partir da Psicanálise, formula a noção de sujeito do discurso.

A subjetividade para a Psicanálise é constituída essencialmente pelo inconsciente. O sujeito da Psicanálise é o sujeito do inconsciente. Pêcheux considera pontos em comum entre ideologia e inconsciente.

> É o de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, devendo-se entender este último adjetivo não como que “afetam o sujeito”, mas nas quais se constitui o sujeito (Orlandi, 2017, p. 21).

Mobilizando esse conceito, trazemos o exemplo do povo Surdo que carrega em sua subjetividade toda a história de um povo que, de acordo com Aristóteles, nem era humano. Sua língua, a de sinais, que também durante muito tempo foi

desconsiderada enquanto tal, era tida como linguagem; aliás o próprio Aristóteles considerava um absurdo ensinar o surdo a falar.

> 355 a.C. O filósofo Aristóteles (384-322 a.C.) acreditava que quando não se falavam, consequentemente não possuíam linguagem e tampouco pensamento, dizia que: "... de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento..., portanto, os nascidos surdo-mudos se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão", ele achava absurdo a intenção de ensinar o surdo a falar (STROBEL, 2009, p. 18 -19).

Entretanto, o abade Charles - Michel de L'Epée, educador francês, 1760, foi um dos primeiros a defender a Língua de Sinais, promovendo o avanço na educação de Surdos no século XVIII. Também foi o criador da primeira escola de Surdos do mundo em Paris no ano de 1771. L'Epée também contribuiu ao conseguir passar a educação do Surdo de individual para coletiva, ampliando e possibilitando aos Surdos de todas as classes sociais o acesso à educação, e não mais sendo o privilégio apenas dos aristocratas. Fazemos esta afirmação porque entre os séculos XVI e XVIII, as famílias das crianças surdas que tinham um grande poder aquisitivo contratavam tutores com o objetivo de ensinar os filhos surdos a se comunicarem oralmente ou por escrito. Pedro Ponce de Leon foi um dos tutores que se destacou no ensino de surdos da nobreza espanhola. Ele utilizava o alfabeto manual e a junção dos sinais utilizados pelos monges beneditinos. Seu objetivo era ensinar os surdos a falar para que tivessem direito a herança da família. (Daniel Choi [et al.], 2011, p.7)

Neste período de 1771 até 1880 foi considerado a "época de ouro da educação de surdos", pois como L'Epée havia criado a escola de surdos, os surdos conseguiram formação em seu Instituto de Surdos de Paris; assim, conseguiram cargos que antes eram ocupados apenas por ouvintes.

Outras escolas também foram criadas neste período. Thomas Braidwood, na Inglaterra, e Samuel Heinicke, na Alemanha. Estas escolas privilegiavam a língua majoritária na modalidade oral, ao contrário da escola de Paris que privilegiava a Língua de sinais Francesa (LSF) como língua majoritária, denominado de método visual.

Vale destacar que Samuel Heinicke acreditava que a única ferramenta a ser usada na educação de Surdos deveria ser a palavra falada. Usava máquinas de fala

para demonstrar a posição apropriada dos órgãos vocais para a articulação e associava a pronúncia de vários sons vocálicos com certos sabores. Esta metodologia era denominada de método oral.

Heinicke recusava a língua de sinais, a gesticulação ou o alfabeto manual. Ele argumentava que se os surdos usassem a língua de sinais não conseguiriam uma posição na sociedade ouvinte.

No século XIX, o oralismo foi dominando as escolas para Surdos, até mesmo na França, berço da língua de sinais. Apesar do reconhecimento que, no método oral, os alunos Surdos recebiam uma educação inferior, estes defensores do oralismo acreditavam que, sendo a surdez incurável, as pessoas surdas deveriam falar a fim de serem consideradas iguais, ou normais.

Dando continuidade à história da educação de Surdos nos deparamos com um marco: II Congresso Internacional de Educação de Surdos, ocorrido em Milão, 1880, fato anunciado, segundo Zizek, como traumático para o povo Surdo. Neste congresso, organizado por uma maioria ouvinte, foi decidido por votação que a educação de surdos deveria se dar exclusivamente pelo método oral.

Com a aprovação do método oral, os professores Surdos foram destituídos de seu papel de educadores e a língua de sinais foi proibida de ser usada pelos professores e na comunicação com seus alunos.

Tomamos aqui um momento para uma reflexão: na descrição dos fatos é perceptível para nós alguns apagamentos no decorrer da história narrada, como por exemplo, o congresso de Milão intitulado como segundo; porém, não encontramos em nenhum livro que fala sobre a educação de Surdos onde aconteceu o primeiro, visto que se houve o segundo pressupõe-se que aconteceu um primeiro. Outro apagamento, refere-se ainda, ao já citado congresso. Na realização dele foi feita uma ata e nela há um veredito da proibição da língua de sinais e a imposição do método oralista puro, porém, na formulação do texto da citada ata há vários questionamentos e não há identificação quem é ou são os interlocutores de tais perguntas. Cabe aqui também perguntar: Havia uma política linguística a ser contestada? Quais as condições de produção do congresso? E os Surdos? Qual a posição deles?

Trazendo estes questionamentos para uma perspectiva discursiva, podemos refletir que toda descrição abre espaço para a interpretação, para o funcionamento, a falha (da língua), o equívoco. Como diz Orlandi, somos instados a interpretar e ao

fazê-lo o sujeito toma como suas as palavras que falam nele: é o efeito ideológico. Ainda citando Orlandi, para nos auxiliar nesta reflexão, “afinal a língua tem sua ordem própria –, mas ao preço de alguns esquecimentos necessários a seu corte epistemológico. É assim que se deixam de fora o sujeito e a situação” (ORLANDI, 1999, p.17).

Diante disso, podemos concluir que a história da educação de Surdos é continuamente descrita, relatada e narrada pelo outro, o não surdo. Desse modo, nestes acontecimentos descritos por aquele que não ouve certamente está presente o funcionamento da ideologia, o outro. Assim, o sujeito surdo é apagado em sua própria história. É silenciado.

Em suma, assim como sugere Zizek (1992) em uma “leitura política” do desejo de Lacan, também vemos neste marco do Congresso de Milão um núcleo traumático que é interessante para a AD pesquisar os efeitos aos sujeitos surdos diante desses acontecimentos (ZIZEK [1992] *et.* BALDINI [2014]).

Assim como foi afirmado anteriormente sobre o traço da relação da língua, seja ela oral ou sinalizada, com a exterioridade e todo o processo de subjetivação afetados pela ideologia e o inconsciente, observamos que como diz Pêcheux, “sempre que há opressão, há resistência. Sendo essa uma espécie de “lei” do funcionamento da ideologia, do político. Por essa razão, o sujeito Surdo apesar de ter sido silenciado em sua história, sua língua resistiu.

Em Anderson (1994), citado nos estudos surdos, encontramos o que este sociólogo da Universidade de Gallaudet afirma: “a cultura dos surdos sinaliza que as normas, valores, tecnologia e linguagem dos Surdos são diferentes de outros grupos humanos” (ANDERSON, 1994, p. 116). Adicionamos a esta citação uma observação de Barros e Lopes. que dizem que o reconhecimento legal da língua de sinais concomitante às línguas orais pode ser considerado como resultado do permanente engajamento em prol da defesa de uma cultura Surda.

Observamos como em todos estes acontecimentos históricos carregados de apagamentos, tanto por parte dos ouvintes quanto dos Surdos, afetaram a constituição da subjetividade do Sujeito Surdo, cujo traço fundamental é a sua língua, com diz Orlandi: “na perspectiva discursiva, o sujeito, ao significar, se significa” (ORLANDI, 2002, p. 21).

Deste modo, Barros e Lopes compreendem por meio de Salles, Faulstich, Carvalho e Ramos que “ao significarem uma língua que é determinada por

operacionalizar as práticas de linguagem numa modalidade visual-espacial, fazem circular nos Estudos Surdos uma concepção de língua que é completa” (BARROS e LOPES, 2016, p. 122).

Desta forma, concluímos que o Sujeito Surdo, cuja língua já foi desconsiderada, sendo classificada como sendo apenas mímica ou pantomima, foi sendo excluído e isolado da sociedade por causa dela. Talvez exatamente por isso é que sua língua, a de sinais, marca de sua individualidade, que interpelada pelos fatos, o diferencie tão exclusivamente de outros grupos humanos, como diz Anderson (1994).

PARTE II – GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS

1 SOBRE HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS

Nesta seção II abordaremos a História das Ideias Linguísticas (HIL) no Brasil, programa iniciado com o grupo de AD liderado por Eni Orlandi, no ano de 1980, em colaboração com uma equipe internacional liderada por Sylvain Auroux.

A História das Ideias Linguísticas (HIL) é de suma importância, pois nos remete a uma reflexão sobre a constituição da nossa Língua Brasileira. Eni Orlandi (2002) destaca que a história das ideias linguísticas inclui o político como um lugar de disputa dos princípios que regem a vida social em suas diferenças, sendo este o que pratica essas diferenças. Inclui também a ética por ela tratar do modo como funciona o princípio que fundamenta a vida social. Assim, tanto o político quanto a ética são objeto de reflexão da HIL.

Orlandi evidencia também, no que se refere à ética, sua relação com a política e a língua. a importância dessa construção da língua nacional e estabelece um paralelo dessa relação afirmando que é na construção do imaginário social e na história da constituição da língua nacional que se estabelece a constituição da forma histórica do sujeito sociopolítico, definindo-se desta maneira com a formação do país, da nação, do Estado. Destaca ainda que para a Análise de Discurso sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo.

Orlandi tratou da história das ideias linguísticas no Brasil articulada à Análise de Discurso, sendo esta um apoio metodológico. Seu objetivo era “propiciar que se situe com mais clareza a produção de conhecimento da história da ciência, e a produção das ideias que vai permitindo a construção da nossa língua” (Orlandi, 2002, p.124).

Nunes esclarece que essa articulação entre a HIL e a AD tem suas especificidades e seus métodos específicos

> Um dos pontos de contato dessa articulação entre a AD e a HIL reside em uma visão histórica da ciência e, particularmente, do que chamamos as “ciências da linguagem” [...]. Note-se que tal articulação não se dá ao modo da interdisciplinaridade ou de uma complementaridade. A AD e a HIL têm seus métodos específicos, mas a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção (NUNES, 2008, p.109).

Trouxemos esta abordagem da HIL para fazer parte desta dissertação porque ela traz em seu bojo o lugar para releituras, restitui o político em sua relação com o simbólico, marcando assim o princípio fundamental da análise de discurso. Como bem colocou Eni Orlandi: “Desse modo, pela história de constituição da língua e do conhecimento dela, posso observar a história do país” (ORLANDI, 2002. p.9).

O projeto da História das ideias linguísticas foi construído devido às diferentes abordagens do pensar coletivamente voltados à língua como identidade nacional. Esse fato também ocorre com a Língua brasileira de sinais (Libras),ou seja, há diferentes maneiras de pensar sobre ela e sua constituição como identidade das comunidades Surdas brasileiras.

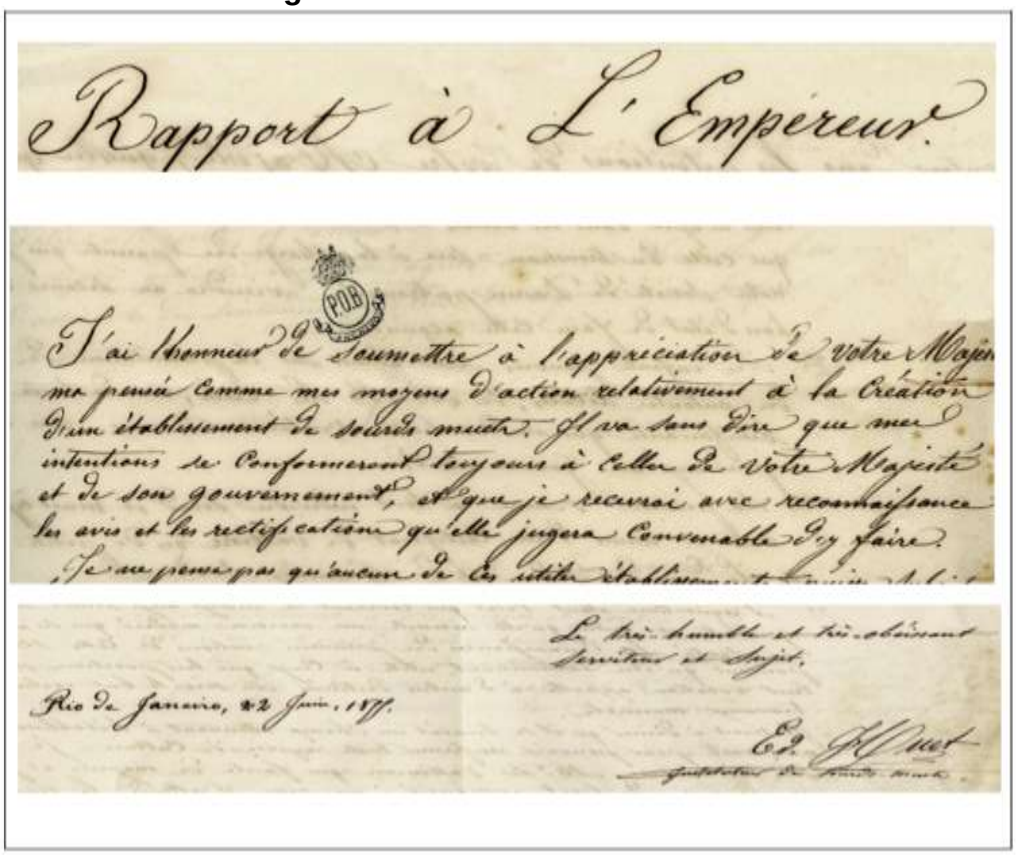
Para refletirmos sobre isso, faz-se necessário fazermos uma digressão na história da educação de surdos no Brasil. Por isso, abriremos um espaço para tratarmos da história da Língua de sinais brasileira - Libras. Trataremos de todo o decorrer da história do sujeito Surdo e sua língua.

2 A HISTÓRIA DA LINGUA DE SINAIS BRASILEIRA

A educação de surdos no Brasil teve início durante o segundo império com a vinda do educador Surdo francês Eduard Huet, ex-aluno do Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris (INJS). Ele enviou um relatório ao imperador do Brasil D. Pedro II sugerindo uma escola para a educação de Surdos no Brasil. Por causa deste fato é que a Língua de Sinais Brasileira tem relação histórica com a língua de sinais francesa (LSF). Assim, em 26 de setembro de 1857 foi fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro.

A comunicação dos Surdos, nesta época, era a mistura da atual Libras, criada sob influência de Huet, e também dos diferentes sinais das várias regiões do Brasil.

Figura 06 – Carta de Huet Eduard


Rapport à L'Empereur.

J'ai l'honneur de soumettre à l'appréciation de votre Majesté mes pensées comme mes moyens d'action relativement à la création d'un établissement de sourds muets. Il va sans dire que mes intentions se conformeront toujours à celles de votre Majesté et de son gouvernement, et que je recevrai avec reconnaissance les avis et les rectifications qu'elle jugera convenable d'y faire.

Je ne pense pas qu'aucun de ces utiles établissements

Le très humble et très obéissant serviteur et sujet,

Rio de Janeiro, 22 Juin. 1857.

Ed. Huet

Fonte: Museu Imperial – Arquivo Histórico / Rio de Janeiro.

Após quatro anos de sua estada em nosso país, o professor E. Huet foi para o México, deixando-nos a origem e o valor cultural de uma língua em que, por contato de outra língua (francesa), ressignificando para os Surdos brasileiros os valores sociais políticos, históricos e linguísticos identitários.

O professor mestre E. Huet marcou historicamente por ser o primeiro Surdo a ensinar a Língua de Sinais (LS) no Brasil, ainda com a mistura dos sinais franceses e brasileiros. Desta junção de ambas as línguas, originou-se a Língua brasileira de sinais (Libras). A partir deste momento histórico, outros ex-alunos surdos no INES também ensinaram a Língua de Sinais, bem como Surdos de outros países, que também vieram ensinar.

Nessas condições de produção, interpelados como sujeitos pela ideologia e pela história, os Surdos foram afetados pelo acontecimento da Língua francesa de sinais que os deslocou da Língua imposta (a oral) para a constituição da Língua brasileira de sinais – Libras.

No século XIX, no ano de 1875, Flausino José da Gama, ex- aluno do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), autor surdo, publicou o primeiro dicionário sobre Língua de Sinais no Brasil, sob o título “Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos”. Neste dicionário há uma mistura de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua de Sinais Francesa (LSF), com registro de imagens e categorias dos tipos de sinais.

Figura 07 – Livro de Flausino José da Gama

ICONOGRAPHIA

DOS SIGNAES

DOS

SURDOS-MUDOS

TRABALHO DE

Flausino José da Gama

ALUMNO DO INSTITUTO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro

TYPOGRAPHIA UNIVERSAL DE E. & H. LAEMMERT

71, Rua dos Invalidos, 71

1875

Fonte: Portal Editora Arara Azul

Dando prosseguimento à história das Línguas de Sinais, destacamos, dentre os pesquisadores da área de Educação de Surdos, o pesquisador William Clarence Stokoe Jr., linguista americano, ouvinte, pesquisador atuante da Língua de Sinais Americana (ASL), que atraiu para o seu laboratório de pesquisas - Linguístics Research Laboratory, outros pesquisadores linguistas. Também Carol Padden, professora surda, do Departamento de Comunicação da University of California, San Diego, bem como outros colaboradores Surdos. Segundo a tese de doutorado de Janine Soares de (OLIVEIRA [2015] Apud Maher [1996]), Stokoe tinha consciência da importância desses colaboradores para a sua pesquisa. O grande marco de sua pesquisa, que o levou a ser destaque como linguística e pesquisador da área da Educação de Surdos, foi Sign Language Structure: an Outline of the Visual Comunication Systems of the American Deaf, (1960).

Stokoe experimentou, em sua trajetória de pesquisador da língua de sinais, duras críticas de acordo com a tese de pesquisa de Oliveira (OLIVEIRA, 2015, *apud* Maher, 1996,). Ele enfrentou resistência dentro da Universidade de Gallaudet, principalmente, pelos surdos de lá. Seu principal opositor e crítico, nessa Universidade, foi Lou Fant[9], professor, falante nativo bilingue em ASL e inglês. Ele critica Stokoe, enviando uma resposta ao Departamento Sign Language Structure:

> Ninguém, ninguém mesmo... pensou que valeria um vintém - exceto por George Detmold, é claro. Quem esse presunçoso acha que é, sem ter conhecido nenhuma pessoa surda antes de vir à Gallaudet? [...] Ele só queria criar um nome para si com toda essa baboseira linguística. A ASL ser uma língua... Ridículo (MAHER, 1996, p.75).

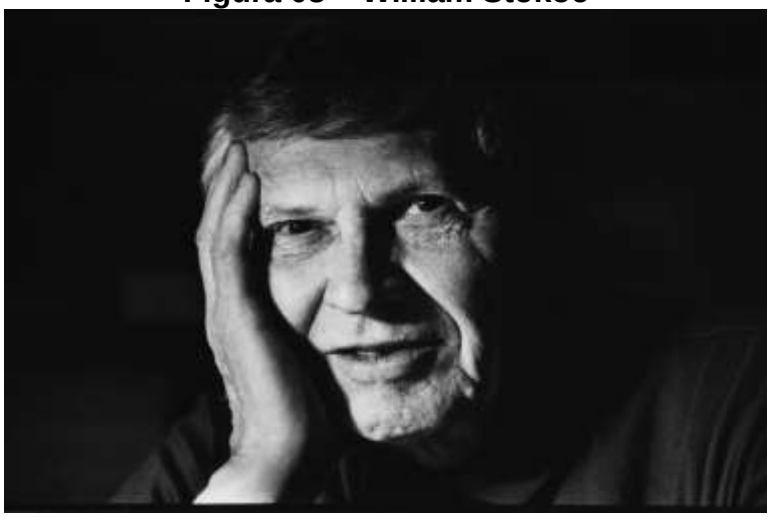
Embora enfrentando críticas, Stokoe prosseguiu em suas pesquisas, tendo como referência dois linguistas importantes da época: George Leonard Trager, presidente da Linguistic Society of America, em 1960, e Henry Lee Smith, doutor em Literatura e Co-fundador da Escola de Língua e Linguística dos Estados Unidos e primeiro presidente do Departamento de Antropologia da Universidade de Buffalo. Foi com eles que Stokoe desenvolveu a prática da descrição de línguas consideradas “exóticas”, como também, segundo Oliveira (OLIVEIRA, 2015, *apud* Maher, 1996, p.94), “a visão da língua como parte da cultura”. Embora a relação

[9]Lou Fant era filho de pais surdos e visto pela comunidade como alguém que dedicava seu coração aos surdos. Lou era professor, intérprete de ASL/Inglês e ator de destaque na televisão americana (OLIVEIRA, 2015, p. 97).

língua e cultura não possa ser tomada como evidência, de acordo com a AD, foi o que estes autores concluíram, na época.

Por fim, as pesquisas de Stokoe, realizadas em vários países, inclusive no Brasil, proporcionaram a visibilidade das Línguas de Sinais e o seu reconhecimento de status linguístico. Destas pesquisas resultaram a publicação dos livros: A Dictionary of American Sign Language on Linguistic Principles e Sign Language Structure: an Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf.

Figura 08 – William Stokoe



Fonte: Imagem disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/William_Stokoe>.

No Brasil, a Língua de Sinais passou pelo mesmo processo dos demais países: já que o mundo havia decidido pela metodologia oralista, também aqui esta era a metodologia. Aqui, abriremos um parêntese para relatar os fatos históricos, políticos e ideológicos por ocasião da fundação do, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), sediado no Rio de Janeiro, através da Lei 939, de 26 de setembro de 1857.

O instituto era a única escola que detinha a educação de Surdos no Brasil, por isso vinham surdos de todos os estados para estudarem lá. Eles ficavam internados e a Língua de Sinais era proibida nas salas de aula, devido à decisão do II Congresso de Milão em 1880. Assim sendo, a metodologia utilizada era a oralista.

Segundo Rocha (2008, p.99), é neste ambiente de ensino de primeiras letras que Huet envia para o Imperador D. Pedro II um relatório em Língua Francesa, com o plano de criação de um estabelecimento para surdos no Brasil. Ele demonstra em seu relatório ao Imperador um prévio conhecimento da realidade brasileira,

constatado em sua biografia pelo pesquisador surdo Mexicano César Ernesto Escobedo Delgado.

Em seu relatório ao imperador, Huet sugere a criação de uma escola de modelo privado com subvenções nacional e particular, argumentando a partir de sua experiência, como diretor, neste modelo no Instituto de Surdos – Mudos de Bourges. Sua proposta visava atender à necessidade da maioria dos surdos brasileiros, ou seja, eles pertenciam a famílias pobres e não tinham condições de arcar com despesas relativas à educação. Assim, o colégio seria de propriedade livre (particular), mas com concessão de bolsas e alguma subvenção por parte do Império. Esta era uma de suas propostas. A outra sugeria que as despesas totais seriam assumidas pelo Império, delegando a decisão ao Imperador.

Presumimos que a decisão do Imperador foi aceitar a primeira proposta de Huet, isto é, a de se criar uma escola particular, pois conforme informação publicada no livro "O INES e a Educação de Surdos no Brasil", 2007, encontramos que, em 1º de Janeiro de 1856, a escola para surdos passou a funcionar nas dependências do Colégio de M. de Vassimon, no modelo privado. Mas, devido a dificuldades financeiras, embora D. Pedro a subsidiasse, mesmo assim a escola não apresentava condições de se manter financeiramente. Por outro lado, por estar funcionando nas dependências de uma escola particular, era necessário se submeter às regras desta. Desse modo, Huet, em 1855[10], enviou à Câmara dos Deputados uma petição para a criação de uma Instituição Imperial dos Surdos-Mudos e obteve parecer favorável. Para tanto, o Imperador D. Pedro II solicitou ao Marquês de Abrantes para formar uma comissão. Assim, no dia 3 de junho de 1856, no Paço do Senado, a comissão foi formada por: Marquês de Olinda, Marquês de Monte Alegre, Conselheiro de Estado José da Silva, prior do convento do Carmo, Abade do Mosteiro de São Bento, padre Dr. Joaquim Fernandes Pinheiro, como Secretário, e Marquês Abrantes, como presidente.

A escola permaneceu funcionando enquanto aguardavam o resultado da petição, no Colégio de Vassimon, sendo mantida com donativos da comissão

[10]A fonte principal utilizada por pesquisadores da história do Instituto está contida na memória de número XXV, da publicação Noticia Histórica dos Estabelecimento Dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de 1898. Embora seja um relato minucioso das quatro primeiras décadas do Instituto, alguns dados não se confirmam em cotejo com outras fontes. Um deles é o fato de Huet ter chegado aqui em fins de 1855. Essa informação é conflitante com a do primeiro relatório enviado por Huet ao imperador, conforme vimos acima. (ROCHA, 2008, P. 34). Observamos aqui um apagamento histórico.

inspetora, do convento do Carmo, do mosteiro de São Bento e das matrículas particulares.

Huet se manteve na condução da educação de surdos no Brasil até o ano de 1861, negociou sua saída mediante uma indenização por ter obtido o reconhecimento de fundador da primeira escola para surdos no Brasil.

No ano de 1867, foi promulgado o Decreto 4.046, de 19 de dezembro dando regulamento provisório ao Instituto, definindo seu quadro de funcionários formador por um diretor, um professor, uma professora, um capelão, um inspetor de alunos, uma inspetora de alunas, um roupeiro, uma enfermeira, uma despenseira, uma criada, um cozinheiro e quatro serventes.

O marquês de Abrantes, como o então presidente da comissão, em razão do Decreto, deixou de acompanhar o trabalho do Instituto e transferiu a responsabilidade para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império, que diante disso, solicitou um relatório ao Dr.Tobias Cabello Leite, Chefe da Seção da Secretaria de Estado. Por meio deste relatório, constatou que não havia ensino no Instituto e que este estava servindo apenas de asilo aos surdos. Deste modo, exonerou o diretor Manoel Magalhães de couto e foi nomeado interinamente o Dr. Tobias, sendo nomeado diretor efetivo em 1872, permanecendo até a sua morte em 1896.

Faremos um breve relato sobre o Dr. Tobias para compreendermos os fatos políticos daquela época e como a decisão do Congresso de Milão repercutiu no Instituto.

O Dr. Tobias Leite era médico sanitarista e, embora ligado ao imperador D. Pedro II, permaneceu no cargo de diretor por sua ligação com o líder republicano Benjamim Constant, diretor do Imperial Instituto dos cegos.

Tobias tinha como principal meta o ensino profissionalizante e agrícola. Segundo ele, o surdo deveria ter um ofício para garantir sua subsistência e, pelas características do Brasil na época, o ensino agrícola era uma ótima opção. Sua posição era garantir uma linguagem que possibilitasse uma relação social aos surdos e não a formação acadêmica deles.

> Escripta e vocal artificial. A preferência entre estas duas linguagens é o ponto que se debate entre as duas escolas da Europa, a allemã e a franceza. Não vem ao caso expor os argumentos que de parte a parte tem sido apresentados: basta-me dizer que a linguagem

> escripta é fácil tanto ao surdo-mudo congênito, como ao acidental, e que a linguagem articulada artificial, sendo possível nos segundos, só por excepção o é nos primeiros, e sempre tão imperfeitamente, que só por curiosidade é tolerável (ROCHA, 2008, p. 9).

Neste pensamento enfático de Tobias, observamos a imposição de uma linguagem ao Surdo. Neste ponto, também, percebemos como as imagens foram construídas na relação do Surdo brasileiro com sua própria língua.

Notamos que neste viés ideológico evidencia-se que ao Surdo brasileiro o melhor é a sua profissionalização, limitando-se ao ensino primário, basicamente agrícola, para os meninos; já para as meninas, o ensino era recebido em casa. Estes eram os pensamentos do diretor Tobias Leite, que dirigiu o Instituto até agosto de 1896. Ele foi substituído interinamente por Joaquim Borges Carneiro e em 1897 tomou posse o Dr. João Paulo de Carvalho.

Figura 09 – Método Oralista

Ensinando surdos-mudos a falar (ilustração de W. H. Margetson para o livro *Deaf and Dumb Land*, 1896)

Fonte: imagem disponível em: <https://culturasurda.net/congresso-de-milao/>.

Em 1880, ano em que ocorreu o Congresso de Milão, e em que foi imposta a metodologia Oralista para a Educação de Surdos no Mundo, o Instituto não aderiu imediatamente. Somente em 1883, quando aconteceu o Congresso da Instrução do Rio de Janeiro, tratou-se da Educação de Surdos em suas atas e pareceres. O médico Antônio Menezes Vieira era professor do Instituto, defendia a metodologia oralista e concordava com a determinação do Congresso de Instrução de 1883, em contraponto com Tobias Leite, que defendia a escrita e a profissionalização do surdo, conforme também relatou em seu parecer. Não conseguimos discernir, nos livros analisados, que metodologia foi adotada após o Congresso de Instrução;

parece-nos que seguiu o ensino tal qual Tobias Leite estava aplicando. Aqui, observamos que a educação de Surdos é sempre tratada de modo institucional, sem a participação de surdos; mesmo o Instituto tendo sido fundado por um Surdo (francês), não há nenhum registro de outro surdo no decorrer da história da educação de Surdos no Brasil, ou seja, nenhum gesto de autoria dos Surdos brasileiros.

Em 1911, o Decreto 9198 determinava o método oral puro como metodologia de ensino aos Surdos do Instituto.

No viés da proibição, os indivíduos surdos que moravam no Instituto tiveram que voltar para as suas respectivas cidades, e assim cada Estado ou Município teve que desenvolver uma maneira de atendê-los. Desse modo, os indivíduos Surdos foram interpelados pela ideologia e determinados pela história.

O compartilhamento, mesmo na proibição, das experiências vividas no instituto e a resistência em continuarem usando a sua língua, como mãos que falam e o sentido em mantê-la forjaram o sujeito Surdo e suas formas de identificação. Assim, nestes retornos às suas cidades de origem quando saiam do instituto, suas histórias e sua língua fomentaram o desejo de uma política linguística e a valorização de sua língua nativa – a Língua de sinais brasileira, desse modo, o Surdo brasileiro foi tecendo a sua história com lutas e movimentos realizados por Surdos de todo o país; este movimento foi denominado de movimento Surdo. Essa luta culminou com a aprovação da Lei e Decreto de Libras.

Assim, concluímos a trajetória histórica do INES, instituição fundamental na história da Educação de Surdos no Brasil, concomitantemente a isso a trajetória dos Surdos brasileiros e de sua língua desconhecida e negada.

Figura 10 – Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES)

Fonte: imagem disponível em: <http://www.libras.com.br/ines>.

O reconhecimento da Libras passou por vários momentos até seu status de Língua. Houve iniciativas com publicações como a do padre estrangeiro Eugênio Oates, que criou uma iconografia da Libras no ano de 1969. Ele chegou ao Brasil em 1946, como missionário oriundo dos Estados Unidos, a serviço das comunidades carentes. O início do seu trabalho foi no estado do Amazonas, mas depois viajou para outros estados do território nacional. Foi durante estas viagens que entrou em contato com Surdos brasileiros e conheceu a Língua de sinais brasileira, que despertou nele interesse em aprendê-la, embora no começo estabelecesse uma comunicação natural. Ele percebeu os regionalismos da língua de sinais brasileira e decidiu escrever o livro “Linguagem das mãos”, como uma espécie de dicionário, a base do livro apresenta vários registros de 1258 sinais

Oates publicou o livro quando ainda consideravam a língua de sinais como mímica, gesto ou linguagem das mãos. Ele menciona:

> Com o auxílio de muitos surdos, peritos nesta linguagem das mãos, estou apresentando neste livro um vocabulário funcional da mimica, que entendo ser mais significativa da ideia ou palavra (OATES, 1989, p. 12).

A partir de 1980, a pesquisa linguística sobre a Libras, no Brasil, teve início com as autoras brasileiras Lucinda Ferreira Brito, Tanya Felipe, Lodernir Karnopp, Ronice Quadros entre outros que trouxeram a valorização e o reconhecimento enquanto língua para a língua de sinais brasileira. As pesquisas reconheceram que a Libras tem uma estrutura própria, uma sistematicidade, regularidades que podem ser descritas. Na perspectiva da HIL, não pensamos que exista uma gramática inerente à língua, mas falaremos sim em instrumentos que descrevem/interpretam esta língua. Trata-se da produção de conhecimento sobre a língua.

Estas pesquisas foram realizadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Entretanto, queremos pontuar que, de nossa perspectiva, da HIL, nenhuma língua “tem” uma gramática. Este é um equívoco para quem trabalha com a HIL: a gramática é uma descrição da língua, é um construto imaginário, frente à fluidez da língua (como diria E. Orlandi). Essa identificação entre língua e gramática é um ponto central de crítica na área de HIL.

Estes pesquisadores, sob uma perspectiva linguística, fundamentados em Chomsky, Baktin, Saussure, Stokoe, entre outros, pesquisaram/pesquisam a Língua brasileira de sinais com o objetivo de descrever, analisar e demonstrar o seu *status* linguístico, “desmistificando concepções inadequadas em relação a esta modalidade de língua”, (QUADROS e KARNOPP, 2004, p. 31).

Abaixo, na tabela 01, citamos algumas publicações sobre a Libras:

Tabela 01 – Periodização da produção sobre língua de sinais do Brasil

Período	Acontecimento	Obra	Autores	Instituições	Ano de publicação
1º - 1857 a 1959	Criação do Instituto de Surdos-Mudos				
		Lições de Linguagem Escripta	Tobias Rabello Leite	INSM	1871
		Guia para professores primários	Tobias Rabello Leite	INSM	1874
	Publicação do dicionário	*Iconographia dos signaes dos surdos-mudos*	Flausino José da Gama	INSM	1875
	Congresso de Milão – Proibição do uso da língua de sinais e orientação pelo ensino da língua oral-auditiva				1880
		Compêndio para o Ensino dos Surdos-Mudos	Tobias Rabello Leite	INSM	1881
		Notícias do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro	Tobias Rabello Leite	INSM	1877
		Surdo-mudez no Brasil	Arnaldo de Oliveira Bacellar	Faculdade de Medicina de São Paulo	1926
		Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo	Armando de Lacerda	INSM	1936
		Introdução à Didática da Fala: Aspectos da Educação dos Deficientes da Audição e da Fala	Ana Rimoli	INES	1957
		Ensino oro-áudio-visual para Deficientes da	Ana Rimoli	INES	1958

		Audição			
		Como ajudar uma Criança Surda	Ana Rimoli	INES	1965
2º - 1960 a 1999					
1960	Início das pesquisas científicas das línguas de sinais nos Estados Unidos da América. *Sing Language structure* de Willian Stokoe				1960
		Linguagem em mãos	Eugênio Oates	Editora Santuário – Igreja Católica	1969
1970-1980	Início das pesquisas científicas de línguas de sinais do Brasil nas Universidades brasileiras				
		A estruturação temporal na língua de sinais em São Paulo	C. A. S. Castro	Universidade de Mogi das Cruzes	1982
		Morfo-fonologia e sintaxe da Língua de sinais das cidades brasileiras	Lucinda Ferreira Brito	PUC-RJ	1984
		A Comparative Study of Signs for Time and Space in Sao Paolo and Urubu Kaapor Sign Language	Lucinda Ferreira de Brito		1985
		Linguagem de Sinais do Brasil	Harry Hoemann, Eugênio Oates & Shirley Hoemann	Porto Alegre	1983
		O Surdo e seu Desenvolvimento Linguístico	Eulália Fernandes	UERJ	1984
		Comunicando com as mãos	Judy Ensminger	s/e – Igreja Batista	1987
		O signo gestual-visual e sua	Tania Felipe	UFPE	1988

		estrutura frasal na língua de sinais dos centros urbanos brasileiros			
		As mãos também falam	Equipe do INES	INES	1989
		Linguagem de sinais	Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados	Testemunha de Jeová/SP	1992
3º - 2000 a 2011					
	Intensificação das pesquisas científicas das línguas de sinais				
		Por uma gramática de línguas de sinais	Lucinda Ferreira de Brito	UFRJ	1995
		Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da Libras: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos	Lodenir Karnopp	UFRGS	1998
		Que palavra que te falta? Linguística, educação e surdez	Regina Maria de Souza	UNICAMP	1998
		Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos	Ronice Müller de Quadros e Lodenir Becher Karnopp	Editora Artmed	2004
		Libras em contexto, curso básico	Tanya A. Felipe	INES e MEC	1997
2002	Lei 10.436 – 24/04/2002 – Oficialização da Libras				
2005	Decreto 5626 – 22/12/2005 Regulamentação da lei				
		Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira	Fernando Cesar Capovilla & Walquiria Duarte Raphael	USP	2001

		Dicionário de Libras Ilustrado (CD-Rom)	Prefeitura de São Paulo	Prefeitura de São Paulo	2002
		Dicionário da Língua Brasileira de Sinais	Guilherme de Azambuja Lira e Tanya Amara Felipe de Souza	INES	2002
		Glossário DST/AIDS em Libras	Grupo AJA	Ministério da Saúde e Unesco	
		Glossário Libras Cristão	Wilson Czaia	Diocese de São José dos Campos	2008
		Dicionário temático de termos da filosofia	Teresinha Cristina da Costa Rocha	PUC/MG	2008
		Termos técnicos de fotografia	Grupo Fotolibras	Feneis	2008
		Glossário do Curso Letras/Libras		UFSC	
		Glossário de termos técnicos – eletrotécnicos	Telasco Pereira Filho e Ana Ruth Albuquerque	SENAI	2011
		Surdos: vestígios culturais não registrados na história	Karin Lilian Strobel	UFSC	2008
		Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira	Fernando Cesar Capovilla, Walquiria Duarte Raphael e Aline Cristina L. Maurício	USP	2009
		Do desenho à litografia: a origem da Língua Brasileira de Sinais	Cássia Geciauskas Sofiato	UNICAMP	2011

Fonte: adaptada (2020) de Nilce Maria da Silva, 2012.

Todas estas publicações contribuíram e contribuem até hoje para o reconhecimento e valorização da Língua de Sinais Brasileira e devem ser compreendidas, aqui, enquanto a produção de conhecimento sobre a Língua de sinais brasileira e não como uma descrição inerente à língua. Elas trouxeram para a comunidade surda brasileira a consciência histórica – cultural de sua língua, mais que isso, elas deram visibilidade para esta língua. Destacamos o dicionário de

Libras de Capovilla e Raphael (2001), que contém 9.500 verbetes de várias regiões do Brasil, valorizando a variação linguística e a regionalidade. O dicionário não se limita apenas no que se refere à educação, ele amplia para a saúde, esporte, religião, ciência, dentre outros. Capovilla defende a Libras, como também a comunidade surda, reconhece, através da língua, o valor de sua história e sua cultura.

Seu dicionário contribui para a política da educação de surdos e incentiva a produção de outros dicionários da Libras. Outra autora que contribui com suas publicações é Ronice Muller de Quadros, com o livro intitulado: "Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos", juntamente com Lodenir Karnopp, que abordam aspectos fonológicos[11], morfológicos e sintáticos da Libras, tomando a Língua da comunidade surda brasileira como objeto e, através disso, promovendo sua valorização.

Ronice Quadros também promoveu a discussão relativa à estrutura do currículo das disciplinas na área da linguística, juntamente com a equipe de professores da Universidade Federal de Santa Catarina, contribuindo na criação do curso de Letras/Libras no ensino superior. Seu projeto foi aprovado e reconhecido pelo Ministério de Educação (MEC). O curso no início foi à distância, em 2006, com polos em uma grande parte dos principais estados brasileiros. O curso tem dois níveis de graduação, isto é, licenciatura e bacharelado, composto por nove polos no território brasileiro criados em 2008, polos, estes, sediados nas Universidades Federais. Esses foram gestos significativos de reconhecimento do direito à língua dos Surdos brasileiros.

O ingresso dos Surdos na Universidade se deu em 2006, por meio da criação do primeiro curso de Letras/Libras[12], no Brasil, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Inicialmente, foram criados nove polos, nos estados do Amazonas,

---

[11]"Fonologia das línguas de sinais: Apesar da diferença existente entre línguas de sinais e línguas orais, no que concerne à modalidade de percepção e produção, o termo "fonologia" tem sido usado para referir-se também ao estudo de elementos básicos das línguas de sinais. Historicamente, entretanto, para marcar a diferença entre esses dois tipos de sistemas linguísticos, Stokoe (1960) propôs o termo ''quirema" às unidades formacionais dos sinais (configuração de mão, locação e movimento). Outros pesquisadores, incluindo Stokoe em edição posterior (1975), têm utilizado os termos "fonema" e "fonologia", estendendo os seus significados de modo a abarcar a realização linguística visual-espacial. O argumento para a utilização desses termos é o de que as línguas de sinais são línguas naturais que compartilham princípios linguísticos subjacentes com as línguas orais, apesar das diferenças de superfície entre fala e sinal" (Quadros & Karnopp, 2004 apud klima e Bellugi, 1979; wilbur,1987; hulst,1993).

[12]Pesquisa dos dados do curso Letras/Libras, disponível em: <https://libras.ufsc.br/LIBRAS-distancia/>.

Ceará, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A modalidade de Ensino era a distância, com uma metodologia bilíngue, destinada, preferencialmente, a Surdos, mas também aberta para ouvintes. O curso foi criado para o cumprimento do Decreto da Lei de Libras que exige a disciplina de Libras, de forma obrigatória, nos cursos de licenciatura e de fonoaudiologia.

Dessa forma, o Estado materializa o que foi disposto pelo Decreto, ou seja, estabelece um meio para a formação dos docentes que irão ensinar a Língua brasileira de sinais (Libras). Mas, aqui, fica um questionamento: e a formação dos que irão ensinar estes docentes? Estes formadores são bilíngues? São fluentes em ambas as línguas? E os critérios para o ingresso dos discentes? Eles deverão ser bilíngues? Se o acesso é pelo Enem, como será a avaliação da redação do candidato Surdo?

No bojo destas questões, observamos as condições de produção deste curso formador de docentes para o ensino da Língua Brasileira de Sinais. No Decreto da Lei de Libras, impõe-se o ensino da Língua brasileira de sinais, seja por docentes Surdos ou ouvintes, graduados no curso Letra/Libras ou Letras/Português como segunda língua. Entretanto, aparentemente, o curso, em alguns estados, não tem em seu corpo docente professores graduados pelos cursos já citados. Outro ponto do Decreto que difere da realidade e prática de muitos estados está em seu parágrafo único, que diz: *"As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput"*.

O que se observa nesse aspecto é que as Universidades Federais não contemplam esse parágrafo único do Decreto da Lei de Libras, pois não priorizam os Surdos em seus cursos de formação, quando estes são realizados, pois o quantitativo de intérpretes que compõem os seus quadros é insuficiente para atender a demanda que os cursos precisam. Até mesmo para atender a acessibilidade linguística dos docentes Surdos que ingressam no quadro federal como professor de Libras.

Fazendo um paralelo do que ocorreu e ocorre com o Surdo brasileiro e o que também aconteceu e acontece com o índio brasileiro que, apesar do empenho, aparente, do governo em considerá-lo parte da nação por meio de Leis e estatutos, na prática isto não ocorre. Começando pela necessidade de uma Lei para que o

índio possa fazer parte da nação; esta política já indica, quando se relaciona o dito com o não dito, a sua exclusão.

O mesmo fato ocorre com o Surdo brasileiro, pois as Leis, mais que incluí-los, evidenciam sua exclusão. Assim como os índios deste país, os Surdos entram na constituição da nação, mas não na sua história, conforme podemos ler em Dias (1996, p. 74), *"o índio entra na constituição da nação, mas não na sua história"*.

Ainda, em nosso país, o ministério de cultura (MinC) oferece o projeto aberto sobre a investigação da diversidade linguística no Brasil e cria o projeto de Inventário Nacional de Libras, cujo os pesquisadores responsáveis são: Bruna Crescêncio Neves (IFSC), Deonísio Schmitt (UFSC), Juliana Tasca Lohn (UFSC), Marcos Luchi (UFSC) e Ronice Müller de Quadros (UFSC) Este Inventário foi criado através do Decreto 7.387, em 2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)[13], incluindo a Libras nessa diversidade. Este projeto valoriza, aparentemente, as línguas no Brasil, promove um planejamento linguístico do país. Conforme (Brasil, 2010), Art. 3, a língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística receberá o título de "Referência Cultural Brasileira", expedido pelo Ministério da Cultura.

Estes autores buscam desconstruir o estranhamento do outro sobre o ser Surdo e construir novos olhares a respeito de sua história, sua cultura e sua língua. Abaixo, citamos algumas obras publicadas, tanto por autores Surdos quanto por autores ouvintes, conforme periodização estabelecida por Silva (2012).

- A Tese escrita por Alexandre do Amaral Ribeiro (2006) – Universidade Estadual de Campinas, "Quando Negar é Legitimar: Reflexões sobre Preconceito e Políticas Linguísticas."
- A dissertação escrita por Uéslei Paterno (2007) – Universidade Federal de Santa Catarina, "A política linguística da rede estadual de ensino em Santa Catarina em relação à educação de surdos."
- O Livro Por Solange Rocha (2008) – Rio de Janeiro/RJ, "O Ines e a Educação de Surdos no Brasil"
- O Livro Por Karin Strobel (2008) – Florianópolis/SC, "As imagens do outro sobre a cultura surda"

[13]Ver portal do IPHAN, disponível em <http:// portal.iphan.gov.br/>.

- Livro organizado por Ronice Quadros e Marianne Stumpf (2009), Florianópolis/ SC “Estudos Surdos I a IV”;
- O Livro por Shirley Vilhalva (2009), Campo Grande/ MS, “Índios Surdos: Mapeamento das Línguas de Sinais do Mato Grosso do Sul”;
- O Livro por Sueli Segala e Kojima (2009), São Paulo, “LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais: a imagem do Pensamento”.
- “Livro por Honora e Frizanco (2009), “Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez”;
- O artigo escrito por Sueli Fernandes (2011) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, “Políticas Linguísticas e de Identidade(s): a língua como fator de in(ex)clusão dos surdos”.
- A dissertação escrita por Rejane Lourêdo Barros (2012) – Universidade de Brasília, “Política Linguística: A Terminologia da Libras Como Veículo de Cultura em Concursos Públicos”.
- O livro organizado por Neiva Albres e Sylvia Neves (2013) – Feneis/SP, “Libras em estudo: Política Linguística”.
- O artigo escrito por Elena Ortiz Preuss e Margarida Rosa Álvares (2014) – Universidade Estadual de Maringá, “Bilinguismo e políticas linguísticas no Brasil: da ilusão monolíngue à realidade plurilíngue”.
- O artigo escrito por Ingrid Ertel Stürmer e Adriana da Silva Thoma (2015) – 37ª Reunião Nacional da ANPEd, Florianópolis/SC, “Políticas Educacionais e Linguísticas para Surdos: Discursos que produzem a Educação Bilíngue no Brasil na Atualidade”.
- A tese escrita por Larissa Bassi Piconi (2015) – Universidade Estadual de Londrina, “Políticas Linguística e educacional para surdos no contexto brasileiro: na trama do discurso”.
- O artigo escrito por Adriana da Silva Thoma (2016) – Educação & Realidade, Porto Alegre, “Educação Bilíngue nas Políticas Educacionais e Linguísticas para Surdos: discursos e estratégias de governamento”.
- O artigo escrito por Verônica de Oliveira Louro Rodrigues, Xoán Lagares e Angela Baalbaki (2016) – Universidade Federal Fluminense, “Ensino e Políticas Linguísticas para Surdos da Educação Básica”.

- O artigo escrito por Angela Corrêa Ferreira Baalbaki (2016) – Universidade Federal Fluminense, “Línguas, escola e sujeito surdo: análise do relatório sobre a política linguística de educação bilíngue – língua brasileira de sinais e língua portuguesa”.
- O livro escrito Por Ronice Müller de Quadros (2017) – Porto Alegre/RS, “Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais”.
- A dissertação escrita por Giovana Ribeiro Pereira (2017) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, “Quando língua é patrimônio? Políticas de patrimônio e de promoção da diversidade linguística no contexto do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)”.
- A tese escrita por Marisa Dias Lima (2018) – Universidade Federal de Uberlândia, “Política Educacional e Política Linguística na Educação dos e para os Surdos”.
- O artigo escrito por Eliana Cristina bãr, Cássia Sigolo Rodrigues, Regina Maria de Souza (2018) – Revista Digital de Políticas Linguísticas (RDPL), “Quando a política linguística se funda na noção de deficiência: circularidade nos textos das leis e a ilusão da garantia de direitos linguísticos”.
- O artigo escrito por Danielle Coelho Lins (2018) – Revista X, Curitiba, “‘Depois de tantos anos juntas, você sequer me ensina sua língua’: Narrativas sobre questões basilares da política linguística da comunidade surda brasileira”.

Estas publicações buscam o reconhecimento e a valorização da Libras, luta constante da comunidade surda brasileira, bem como dos linguistas que se identificam com esta área. E, aqui, reforçamos que não estamos compreendendo estas publicações simplesmente como produções da área, mas, sim, enquanto a produção de conhecimento sobre a Língua de sinais brasileira, que se faz sob diversas perspectivas teóricas.

Dos autores acima listados, destacamos as autoras do artigo: “Quando a política linguística se funda na noção de deficiência: circularidade nos textos das leis e a ilusão da garantia de direitos linguísticos.”. Este artigo aborda as políticas linguísticas para surdos. Nele, as autoras apontam uma dificuldade no que se refere ao mapeamento da Libras pelo INDL:

> Uma dificuldade a ser considerada no mapeamento da Libras, ao se tratar do INDL, é que as comunidades surdas não são localizadas geograficamente em áreas específicas, além de estarem mescladas em distintos grupos étnicos ou raciais, ampliando-se as variações linguísticas daí decorrentes (BÄR et al., 2018, p. 111).

Estas considerações das autoras Bär (et al.), formuladas em outra perspectiva teórica, apontam para o que Rodríguez (2010) afirma em sua reflexão teórico-analítica sobre as políticas públicas de direito à língua e consenso etnocultural:

> A hipótese que sustentamos é que, através da formulação etnicista da questão da tradição e da origem comum, constrói-se uma concepção consensual das sociedades, impedindo o real reconhecimento da diferença, propósito das políticas que se dizem democráticas (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2010, p. 127).

Entretanto, uma primeira observação a ser feita, refere-se ao modo como a política linguística é concebida, e, nisto, pareceu-nos que as autoras divergem. Consequentemente, há divergências também no modo como o termo “étnico” é conceituado nos dois artigos em questão. Os estudos em variações linguísticas, na perspectiva da sociolinguística, também assinalam uma reflexão realizada a partir de outro instrumento teórico. No artigo de Bär (et al.), as autoras entendem que nas leis e decretos que conferem direitos linguísticos para pessoas surdas há, o que elas chamam de ambiguidade textual e intertextual. Portanto, temos outra filiação teórica que é mobilizada ao longo da reflexão desenvolvida por Bär (et al.). Autores como Bourdieu, Cooper, Reguera e Oliveira sustentam o conceito de política linguística defendido pelas autoras, ao passo que Rodríguez, pelo viés da Análise de Discurso Materialista propõe outra interpretação para o que seja política linguística o que implica na compreensão dos seus efeitos de sentido (e a análise do funcionamento desses efeitos de sentido) na textualidade das leis.

Em relação à língua de sinais, a sociedade brasileira não Surda ainda oscila qual termo usar quando se refere a ela, ou seja, linguagem ou língua;Suspeitamos que isso ocorre porque, entre outras coisas, no vocabulário da língua inglesa o termo language é usado tanto para o termo língua quanto para o termo linguagem; seu significado é empregado de acordo com o contexto, empiricamente falando. Deste modo, concluímos que no sentido da palavra há o gesto de interpretação, a posição, afetando o sujeito do discurso, o indivíduo interpelado pela transparência e pela opacidade, por isso, a dúvida na utilização do termo “correto”, pois, para nós, é

uma questão ideológica e inconsciente a discriminação e preconceito arraigado durante toda a história das pessoas Surdas.

> Grande parte das realizações desse período está ligada a importante mudança de posição e sentido conquistado mediante pesquisas e discussões em torno da língua de sinais como sistema linguístico corroborando para a legitimação do uso de língua brasileira de sinais em vez de linguagem sinalizada – culminado (ROCHA, 2008, p.131).

Outra questão que permeia a sociedade brasileira é a palavra Surdo-Mudo, contida no léxico antigo da Língua Portuguesa (LP). Atualmente, fundamentados pelas pesquisas e o reconhecimento do processo de gramatização da língua brasileira de sinais (PGLB), o termo Surdo é adotado pela comunidade surda como marca cultural identitária. Temos noção que aqui ecoa uma pergunta muito comum quando se fala em cultura e identidade surda. A pergunta recorrente é: os surdos têm cultura, ou melhor, o que é cultura?

Para responder a esta pergunta nos fundamentaremos em Strobel (pesquisadora Surda doutora na área de educação):

> Estes questionamentos ocorrem porque as pessoas não conhecem e não sabem como é o mundo dos surdos e fazem suposições errôneas acerca do povo surdo. A cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se tornar acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2008, p. 21 e 24).

As pesquisas aqui destacadas são fundamentas pelo aspecto linguístico, observamos poucas pesquisas da área de Libras na Análise de Discurso, encontramos poucos materiais de AD e até se faz necessário explicar a diferença entre a Análise de Discurso e a Análise do Discurso para que não fique confuso aos leitores:

> Análise de Discurso com a preposição abrangente refere-se à teoria científica da linguagem. Ao nos referirmos em nosso texto com “DE”, estamos ampliando o conceito. Assim, onde aparece com a preposição abrangente, genérica, estamos tratando da teoria; onde aparece com a preposição determinada “DO”, estamos nos referindo à análise específica do discurso, num determinado segmento. Toda

> essa compreensão dá-se pela ótica de Eni Orlandi (RODRIGUES, 2018, p. 13).

Nas pesquisas sobre Sujeitos Surdos à luz da Análise de Discurso e sobre a Língua de Sinais Brasileira há pesquisas realizadas e pesquisas em andamento, algumas já publicadas, são pesquisas de pós-graduação e mestrado realizadas pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Estas pesquisas já foram publicadas por dois acadêmicos.

A pesquisa do acadêmico Carlos Barroso de Oliveira Júnior (2018), defendida no Mestrado, intitulada “O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO À LÍNGUA: uma análise discursiva dos sentidos de línguas (co)oficiais em legislações municipais brasileiras”, aborda sobre cooficialização das línguas; o autor explica sobre esse processo, também, em relação a legislação de Libras. Esta pesquisa é importante porque traz uma reflexão sobre os sentidos de línguas de minorias compreendidos nas normas jurídicas que dispõe sobre direitos linguísticos. Essa pesquisa despertou-nos o senso crítico sobre a Lei de Libras e o seu Decreto, como também outras Leis que iremos analisar os seus sentidos e posições.

Maria Norma Lopes Souza Silva (2019) defendeu sua pesquisa de mestrado intitulada “A PRODUÇÃO DE UM SABER SOBRE A LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA ATRAVÉS DO INSTRUMENTO LITERÁRIO INFANTOJUVENIL”, onde aborda a Literatura Surda como também o Sujeito Surdo e a Gramatização da Libras. Esta dissertação despertou-nos o olhar para o processo de gramatização da Língua brasileira de sinais, pois não tínhamos ainda esta noção sobre este processo, como também a noção de autor surdo, produtor de instrumento linguístico, daí a importância desta dissertação para a nossa produção.

Mencionamos também a pesquisa de doutorado defendida na UNICAMP, por Nilce Maria da Silva (2012), “Instrumentos Linguísticos de Língua Brasileira de Sinais: Constituição e Formulação”

Em outra universidade, a Federal de Piauí (UFPI), também na área de Análise de discurso sobre a Libras, dois acadêmicos fizeram suas defesas de Mestrado. O primeiro, Clevisivaldo Pinheiro Lima (2018), com a pesquisa intitulada “TV Globo e a surdez: compreensões acerca do discurso sobre o implante coclear”, visa compreender os efeitos de sentido produzidos pela veiculação do discurso sobre o IC pela Rede Globo de televisão através de seus programas matinais destinados,

em geral, à mulher, a quem é delegada, com base no imaginário coletivo, a responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos, sobretudo, quando estes têm alguma deficiência. O Segundo, Valdeny Costa de Aragão Campelo (2018), com a pesquisa intitulada “Da inclusão educacional do sujeito surdo na sociedade piauiense: compreensões acerca do discurso do Jornal Meio Norte”, aborda o modo como o discurso jornalístico produz distintos sentidos sobre inclusão educacional e o sujeito surdo.

O artigo publicado pela Professora Doutora Maraisa Lopes (2018), na UFPI, “A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-LIBRAS NO BRASIL: LÍNGUA, SUJEITOS E SENTIDOS”, também constitui uma pesquisa realizada na perspectiva teórica da Análise de Discurso.

Estas produções são um meio de se pensar a língua brasileira de sinais, destacando que as produções são escritas por autores ouvintes. Há poucas produções feitas por autores surdos em análise de discurso que evidenciem sua posição, enquanto autor, sobre sua língua.

> Como autor, o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor. Trabalhando a articulação interioridade /exterioridade ele “aprende” a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica (ORLANDI, 1996, p. 74).

A partir do entendimento dos fatos e da história do surdo brasileiro nos é possível entender o processo de gramatização da Língua brasileira de sinais. Auroux (2014) nos traz o conceito de gramatização dizendo que é o processo que leva a descrever e instrumentar uma língua com base em duas tecnologias, a gramática e o dicionário.

Flausino José da Gama, autor surdo, publicou no século XIX, em 1875, um livro intitulado Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos, composto por imagens e categorias dos tipos de sinais. Dessa maneira, foi registrado como era formulada a língua de sinais daquela época.

Podemos considerar que este registro é o ponto inicial para o processo de gramatização da Libras.

Nessa perspectiva de gramatização da Língua brasileira de sinais, é produzido o primeiro estudo sobre a sua gramática: “Por uma gramática de língua de

sinais"; da autora Lucinda Ferreira Brito. Marcando, dessa forma, uma tentativa de descrição linguística sobre esta língua, propiciando um estudo sobre os seus aspectos morfológicos, sintáticos e pragmáticos (Ferreira-Brito, 1995).

Este estudo sobre a gramática da Libras possibilitou tanto aos sujeitos surdos quanto aos não-surdos uma relação e posicionamento diferente perante ela, ou seja, a língua brasileira de sinais passou a ser identificada e relacionada ao sujeito surdo pela sociedade brasileira.

No mesmo sentido de estudo sobre a Libras e a sua valorização, foi lançado em 1997 a 1ª edição dos livros "Libras em Contexto", das autoras Tanya Amaro Felipe (ouvinte - Linguista) e Myrna Salermo Monteiro (surda - Linguista). Nota-se um ponto fundamental neste lançamento, isto é, a participação dos surdos enquanto autores e pesquisadores, pois a produção do livro foi fruto de um grupo de pesquisa da Feneis – Federação Nacional de Integração de surdos, formado por surdos e ouvintes que desenvolveram este material tanto para o professor quanto para o estudante de Libras. Ele é constituído de um exemplar impresso e também em DVD, seu conteúdo é composto por noções da gramática da língua brasileira de sinais; o objetivo é difundir o ensino e a aprendizagem da Libras, como também a formação de instrutores de Libras.

> Durante estes anos, muitos Surdos desse grupo de pesquisa começaram a se interessar em pesquisar a Libras, sua cultura, propostas para a educação de surdos e a entender a importância de se ter uma boa formação para poder cursar uma universidade e, alguns, começaram a investir neles e alcançaram este objetivo, estando hoje estudando em cursos de graduação e pós-graduação, mestrados e doutorados (FELIPE, 2007, p. 11).

No embalo desses acontecimentos, foi lançado no ano de 2001, o primeiro dicionário da Língua brasileira de sinais, denominado "Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais", de Fernando Capovilla e Walkiria Raphael. Esse dicionário é muito importante, pois foram pesquisados e registrados cinco mil verbetes da Libras; o dicionário é composto pela Língua Portuguesa escrita, signwriting (escrita de sinais) e os sinais da Libras.

Anos depois (2010), os mesmos autores lançaram o "Novo Deit-Libras – Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais". Ambos os lançamentos são filiados à Linguística e Neurociências Cognitivas.

Assim, o dicionário da Libras é um dos pilares atuais da gramatização da Libras.

Figura 11 – Parâmetros

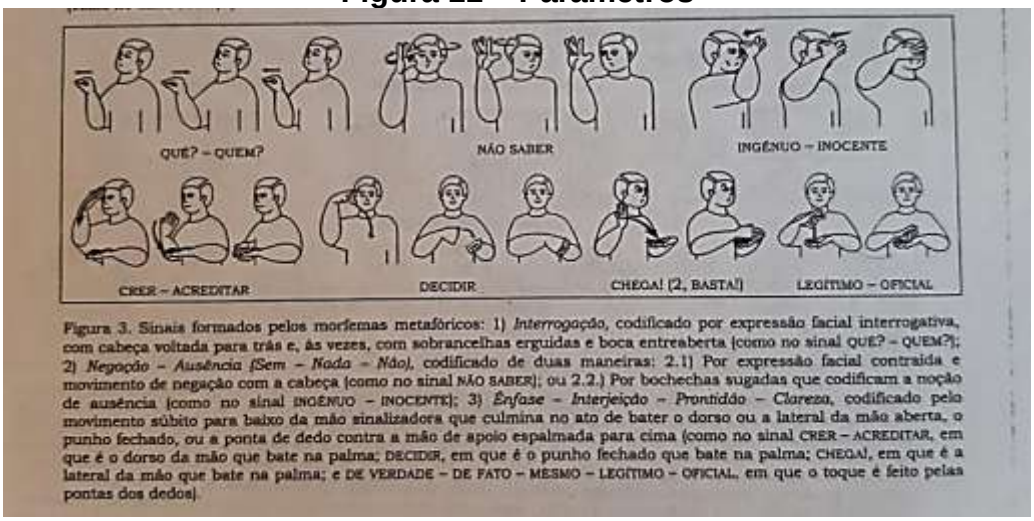


Figura 3. Sinais formados pelos morfemas metafóricos: 1) *Interrogação*, codificado por expressão facial interrogativa, com cabeça voltada para trás e, às vezes, com sobrancelhas erguidas e boca entreaberta (como no sinal QUE? – QUEM?); 2) *Negação – Ausência (Sem – Nada – Não)*, codificado de duas maneiras: 2.1) Por expressão facial contraída e movimento de negação com a cabeça (como no sinal NÃO SABER); ou 2.2.) Por bochechas sugadas que codificam a noção de ausência (como no sinal INGÊNUO – INOCENTE); 3) *Ênfase – Interjeição – Prontidão – Clareza*, codificado pelo movimento súbito para baixo da mão sinalizadora que culmina no ato de bater o dorso ou a lateral da mão aberta, o punho fechado, ou a ponta de dedo contra a mão de apoio espalmada para cima (como no sinal CREER – ACREDITAR, em que é o dorso da mão que bate na palma; DECIDIR, em que é o punho fechado que bate na palma; CHEGA!, em que é a lateral da mão que bate na palma; e DE VERDADE – DE FATO – MESMO – LEGÍTIMO – OFICIAL, em que o toque é feito pelas pontas dos dedos).

Fonte: Dicionário de Deit-Libras

Ainda nesse contexto da gramatização, Quadros e Karnopp publicam o livro “Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos”, abordando os aspectos linguísticos da Libras (fonológicos, morfológicos e sintáticos).

Nota-se com essas publicações tanto do dicionário de Libras quanto das pesquisas sobre a gramática da Libras o predomínio de ouvintes se posicionando como pesquisadores e autores (geralmente linguistas) da Língua brasileira de sinais.

Nessas obras, há o emprego da metalinguagem usada para descrever a Libras gramaticalmente, com base na gramática da Língua Portuguesa. Ou seja, a Libras é descrita a partir da transferência da Língua Portuguesa e também dos instrumentos linguísticos franceses, havendo, assim, uma transferência de uma tecnologia de uma língua para outra.

Para melhor compreendermos, precisamos tomar as definições de Auroux sobre os tipos de transferências. Ele as define como endotransferência e exotransferência e linguisticamente como endogramatização e exogramatização. Tomaremos essas definições para continuarmos refletindo sobre o processo de gramatização da Libras.

Auroux (2014, p. 76) define a endogramatização como transferência de tecnologia das tradições linguísticas gregas para a língua latina, pelos latinos.

Quanto à exogramatização, Auroux a define tomando como exemplo a transferência de tecnologia do Português de Portugal para as línguas indígenas, feita pelos portugueses e não pelos indígenas.

Nesse sentido, voltaremos nosso olhar para o processo de gramatização da Língua brasileira de sinais cuja primeira obra foi Icnographia dos Signaes dos surdos-mudos. Ela foi escrita por um autor Surdo chamado Flausino José da Gama.

Esta obra, segundo Silva, (2012, p.111) é tomada como referência a obra de outro autor Surdo francês Pélissier. Silva diz ainda:

> Em relação à obra de Flausino da Gama, ao mesmo tempo em que o autor toma a obra de Péllisier como referência para elaborar sua Icnographia dos Signaes dos surdos-mudos, mantendo praticamente todos os sinais da obra de origem, o autor brasileiro, neste gesto de produzir uma obra para uma nova língua, constitui um novo modo de dizer, de sinalizar, de estabelecer relações de sentido entre os sinais e o espaço daqui (SILVA, 2012, p.111).

Vale ressaltar que Silva (2012, p.112) considera a obra de Flausino da Gama como fundadora do discurso lexicográfico na dicionarização da Língua brasileira de sinais, como também um acontecimento discursivo na história e o primeiro monumento no processo de instrumentação dessa língua no Brasil.

Diante disso, podemos considerar que a origem da Língua brasileira de sinais corresponde a uma endogramatização e a uma endotrasferência cultural, isto é, ela ocorreu a partir da Língua de sinais francesa, endossada pelo o uso desses sinais pela comunidade nacional. Nos pautamos na afirmação de Auroux que diz:

> A origem da gramática latina corresponde a uma endogramatização e a uma endotransferência cultural (a partir do grego). Acontece o mesmo para a gramatização dos vernáculos europeus; mesmo se estrangeiros desempenham às vezes um papel importante, a transferência é sempre endossada pela comunidade nacional (AUROUX, 2014, p.76).

Por outro lado, quando nos voltamos para o alfabeto datilológico ou manual da Libras que se configura no alfabeto da Língua Portuguesa nos deparamos com a transferência de tecnologia de uma língua de modalidade oral para uma língua sinalizada. Questões como estas – relação do sinal com a escrita alfabética – colocam problemas para a definição das línguas de sinais como línguas como as outras (orais)... a relação das línguas de sinais, enquanto sistemas significantes,

com a referência está atravessada pela relação com outros sistemas significantes... no caso o português – daí o nome língua BRASILEIRA de sinais... ou FRANCESA... etc. não se trata apenas de serem sinalizadas por sujeitos brasileiros ou franceses, mas por relacionarem-se com a língua portuguesa ou francesa.

Diante disso, podemos concluir que a Língua brasileira de sinais se constitui por dois processos de gramatização, ou seja, tanto pela endogramatização quanto pela exogramatização.

3 LEGISLAÇAO SOBRE OS SUJEITOS SURDOS

A língua produz efeitos de sentidos e se articula na relação entre o sujeito e a história.

A Língua brasileira de sinais se constitui por sua memória, sua história e ideologia. Orlandi afirma que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua”.

Dessa forma, esta pesquisa se fundamentou na Análise de Discurso de Michel Pêcheux e se articula com a História das Ideias Linguísticas (HIL).

Por conseguinte, o nosso objeto de pesquisa são as Leis direcionadas ao sujeito surdo, tais como: Lei de Libras, Lei de Libras de Porto Velho e Lei de Libras do Amazonas.

Em 1880, quando foi decidido no II Congresso de Milão que o uso da língua de sinais estava proibido no mundo todo, os surdos se sentiram prejudicados por esse gesto durante um século.

No Brasil, foi criado o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, em 1857, ano bem anterior à decisão do Congresso de Milão e mesmo assim os surdos brasileiros também foram proibidos de se comunicarem por sinais, sofrendo os efeitos de sentidos desta decisão. Somente em 1930, ex-estudantes do INES se organizam para fundarem uma associação – Associação Brasileira de Surdos-Mudos, entretanto, o objetivo da associação era voltado para o desporto, não havia intenção de uma luta política pelo direito à língua de sinais.

Em 16 de maio de 1987, foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis)[14], ou seja, os surdos fundaram uma instituição com a finalidade de defender os direitos e as políticas em educação, cultura e assistência social em favor da comunidade surda brasileira. Segundo o histórico da Feneis, relatado por Ana Regina Campelo: “ela foi criada com caráter estritamente político”. Ana Regina Campelo (surda) diz ainda:

> Consideramos da maior importância as colaborações que recebemos e queremos continuar recebendo das pessoas que ouvem. Mas consideramos também que devemos assumir a liderança de nossos problemas de forma direta e decisiva a despeito das dificuldades que possam existir relacionadas à comunicação (RAMOS, 2004, p. 06).

[14] Disponível em: < https://feneis.org.br/>.

Observamos no discurso da presidente da Feneis a contradição de ao mesmo tempo demonstrar um posicionamento de liderança para a causa surda, mas há ainda o receio de “perder” o apoio da pessoa ouvinte. Trouxemos esse acontecimento para compreendermos o esforço do surdo em ser autor de sua história, mesmo que muitas vezes não conseguindo êxito por conta principalmente da comunicação.

No esforço pelo reconhecimento de sua língua de sinais, os Surdos conseguem a aprovação da Lei de Libras em 24 de abril de 2002 e é reconhecida pelo Decreto de 22 de dezembro de 2005.

Entretanto, no viés desta conquista dos surdos brasileiros, observamos um fato: a Língua Portuguesa é oficial, é a língua dos brasileiros; aos surdos, de acordo com a Lei, o português escrito é sua segunda língua e a Libras é sua primeira língua; ou seja, ela é cooficial e não consta nos currículos escolares como disciplina optativa, assim como o Inglês e o Espanhol. Observamos que na Lei não é considerado este fato. Embora o Decreto contemple o ensino da Libras nas faculdades, ela é optativa na maioria dos cursos, sendo obrigatória apenas nos cursos de Letras, Pedagogia, História, Geografia e Fonoaudiologia. A Libras foi institucionalizada pela força da Lei, porém se faz necessário um redimensionamento, pois não é apenas? institucionalizando uma língua que se produz o conhecimento sobre ela e que dá aos seus falantes, no caso dos surdos, seus sinalizantes, uma relação de pertencimento. De acordo com Lopes:

> afetada por todos esses funcionamentos, nos parece, de um lado, uma tentativa de institucionalizar o espaço de produção de saber sobre uma língua que, embora oficial por força de lei, não é nacional, pois não é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencer a esse povo (GUIMARÃES, 2005, *apud* LOPES, 2018, p. 65).

Não estamos invalidando nem desconsiderando esta conquista dos surdos brasileiros em terem assegurado reconhecimento de sua língua, que durante um século lhes foi proibida.

Atualmente, os sujeitos continuam na busca de ações para que a Lei e o Decreto de Libras se estendam aos Estados brasileiros, a fim de que se consolide uma política linguística, respeitando a aquisição desse direito conquistado na esfera

federal. Os surdos lutam para que cada estado crie sua Lei de Libras de acordo com as suas particularidades culturais. Embora esta questão de militância (da língua) seja importante para os sujeitos surdos e de minoria em geral, neste trabalho, visamos compreender discursivamente estas leis e decretos, levando-se em conta o que elas dizem (e também o que elas não dizem), e não simplesmente ficarmos na positividade destas políticas linguísticas, pois elas são ideológicas, têm uma direção de sentidos. Por que foi possível formular essas leis neste momento e não em outro? Que (ou quais) formação discursiva está na base da constituição dessas leis e dos efeitos de sentido que elas instituem? Orlandi ressalta isso quando afirma:

> a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição" (ORLANDI, 2007, p. 304).

Destacamos que, assim como o Brasil, países como a França, alguns países da Europa e da América Latina também têm o reconhecimento das Línguas de Sinais. Para tanto, a participação da World Federation of the Deaf (WFD) foi e é de suma importância, pois ela defende os direitos humanos surdos, luta por seu direito linguístico, assim como o reconhecimento das Línguas de Sinais nos países que ainda não criaram Lei referente a esse direito:

> em que somos iguais? Em classe, não. É essa, aliás, a grande diferença que fica silenciada e que, na realidade, é o que é a fonte do discurso da igualdade: a diferença de classes precisa do discurso da igualdade perante a lei, na diferença de sexo, de raça, de língua, de opinião, de religião etc. (ORLANDI, 2007, p. 305).

Percebemos que, independentemente, do espaço geográfico, muitos surdos, de muitos lugares, de muitos países foram afetados pela decisão do II Congresso de Milão e por esta razão lutam pelo direito em sua educação, saúde e acessibilidade. Lutam para que essa propagada igualdade não seja apenas um discurso

institucional pautado na ilusão da transparência de quem o produz, ou seja, a instituição. Conforme explicita Orlandi:

> A ideologia está em que o sujeito, na ilusão da transparência e sob o domínio de sua memória discursiva – alguma coisa fala antes, em outro lugar e diferentemente – pensa que o sentido só pode ser "aquele" quando na verdade ele pode ser outro". O que lhe atribui esta evidência é, na verdade, o fato de que não há sentido sem interpretação e a interpretação é um gesto do sujeito carregada de ideologia, que torna evidente o que na realidade se produz por complexas relações entre sujeitos, língua, sociedade e história, resultando em diferentes formações discursivas (ORLANDI, 2007, p.296-297).

Apresentamos a seguir, uma tabela cronológica das leis feitas para as pessoas com deficiências, de modo geral, e em particular para as Pessoas surdas/Deficientes auditivos.

Tabela 02 – Cronologia das leis de PCD

ACONTECIMENTO	LEIS	SOBRE O QUE	ANO
	Constituição Brasileira	Brasil Império	1824
A vinda do surdo francês E. Huet a convite do Imperador D. Pedro II			1855
Proibida a Língua de Sinais no Congresso de Milão			1880
	Constituição Brasileira	Brasil República	1891
Foi a primeira Associação Brasileira de Surdos-Mudos foi fundada no Rio de Janeiro			1930
	Constituição Brasileira	Segunda República	1934
	Constituição Brasileira	Estado Novo	1937
Criada a ONU (Organização das Nações Unidas)			1945
A Declaração Universal dos Direitos Humanos			1948
	Constituição Brasileira		1946
Troca do nome do INES para Instituto Nacional de Educação dos Surdos	Lei 3.198	INES	1957
Reconhecimento da Língua de Sinais pelo pesquisador William Stokoe.			1960
	Constituição Brasileira	Regime Militar	1967
Ano 1980 – 1989:			

Associações de Surdos e Feneis, organizações dos movimentos luta ao direito as Leis.			
	Constituição Brasileira	Constituição Cidadão	1988
ANO 1990 – 1994: Documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca			
	Lei 9.394	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	1996
	Lei 10.098	A promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	2000
	Lei 10.436	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras	2002
	Decreto 5.296	A promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	2004
	Decreto 5.626	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras	2005
Implementação de curso de Letras/Libras no Brasil e Curso Pedagogia Bilingue			2006
	Lei 11.796	Institui o Dia Nacional dos Surdos	2008
	Decreto 6.949	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo	2009
	Lei 12.319	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	2010
	Decreto 7.387	Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL	2010
A resistência dos Sujeitos Surdos que não aceitaram o fechamento do INES			2011
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite			2014
	Lei 13.005	Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE	2014
	Lei 13.146	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	2015
	Decreto 9.508	Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.	2018

Fonte: elaborada pelo autor.

Atualmente, os cidadãos surdos brasileiros vivem uma mudança no contexto histórico provocada pela Lei e Decreto de Libras.

Os sujeitos surdos lutaram por uma política pública que reconhecesse o seu direito linguístico como um direito humano, e mesmo afetados pela decisão do II Congresso de Milão na decisão de impor-lhe a língua oral, o surdo fez prevalecer a sua língua de sinais brasileira (no caso dos surdos do Brasil) lutando e conseguindo usá-la, mesmo que por força de uma Lei. Temos noção das contradições e o quanto a institucionalização silencia e apaga sujeitos e fatos. Estas leis não podem ser analisadas do ponto de vista pragmático, como partindo da intenção de seus legisladores ou como resultado de uma luta de um certo povo, de uma resistência ou de uma militância por igualdade. É preciso considerar as condições de produção, a história das formações sociais e das formações ideológicas que as compõem. O discurso da Declaração universal dos direitos humanos também é regulado, o que pode e o que não pode ser dito por este discurso? O que tornou possível a produção deste discurso? Ou seja, a questão é muito mais ampla que de uma simples militância, que como dissemos, ela é importante, sim, mas que deve vir acompanhada da compreensão do discurso para que ela seja exercida com mais amplitude. Nesse sentido, analisaremos, na seção III, à luz da Análise de Discurso, alguns recortes das Leis criadas para garantirem os direitos da comunidade surda brasileira.

PARTE III – ANÁLISE DOS RECORTES DAS LEIS

1 METODOLOGIA DE RECORTE DO *CORPUS*

Para a análise de nosso *corpus*, adotaremos a noção de recorte, proposta por Orlandi (1984). Recorte, para a autora, à diferença de *segmento* (linguístico), é uma unidade discursiva que correlaciona linguagem – situação, ou seja, ele é um fragmento da situação discursiva (Orlandi, 1984, p.14). A partir da análise de alguns recortes nas leis que compõem nosso *corpus*, poderemos refletir sobre o todo em que se organizam e identificar as condições de produção, o funcionamento do discurso e sua relação com a ideologia, como também os efeitos de sentidos de uma certa formação discursiva e não de outras.

Iniciaremos com a Lei Federal 10.436, 24 de abril de 2002 – Lei de Libras, que foi sancionada pelo, então, presidente Fernando Henrique Cardoso:

*Artigo 1º. É reconhecida como **meio legal** de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e **outros recursos** de expressão a ela associados.*

Chamamos a atenção, em primeiro lugar, para a expressão "meio legal": a língua é reconhecida somente em se tratando de comunicação e expressão; há então, um apagamento da Língua brasileira de sinais enquanto língua. Outro ponto a ser observado é em relação ao termo meio, ele nos direciona a pensar em "recurso" e mais uma vez apaga o sentido da Língua brasileira de sinais.

Vejamos outro recorte:

*Art. 2º. Deve ser **garantido**, por parte do **poder** público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.*

O termo garantir deste artigo 2º produz o efeito de sentido de garantia por parte do Estado para o uso e difusão da Libras, trazendo a ilusão de que há controle sobre o sujeito e a origem do seu dizer e de seus atos. Há também pistas do termo garantido estar produzindo em seu funcionamento o que é designado de pré-construído tomado por Paul Henry/Michel Pêcheux*: "Isto produz o efeito subjetivo de*

anterioridade, de implicitamento admitido, etc que designamos alhures de "pré-construído. Desse modo, esse enunciado retira do sujeito surdo, a quem é direcionada a Lei, sua capacidade de pensar e de se proteger, necessitando então do Estado, a sua "garantia", funcionando assim toda uma ideologia do Aparelho Ideológico do Estado sobre o discurso da igualdade. E estabelecendo uma relação com o termo poder, nos deparamos com a produção de sentido de toda a negação vivida pelos surdos brasileiros para o uso de sua língua, mesmo com o dispositivo da Lei que torna legal o seu uso.

Continuemos:

*Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras **não** poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.*

Observamos, de imediato, a negação (não) da Língua brasileira de sinais em relação ao enunciado do Art. 1º que a reconhece como meio legal, no entanto, ela deverá ser complementada pela modalidade escrita da Língua Portuguesa; ou seja, é imposto ao surdo, não mais a língua oral, como o que aconteceu no II Congresso de Milão, mas a língua escrita para que ele seja um cidadão brasileiro. O efeito de sentido dessa ação é a negação da funcionalidade, enquanto língua, da Língua brasileira de sinais, havendo uma contradição em relação ao seu reconhecimento. Por outro lado podemos pensar nessa obrigatoriedade da Língua Portuguesa escrita como uma forma de criar uma Língua comum tanto para as pessoas Surdas quanto para os ouvintes.

A partir da sanção da Lei e do Decreto de Libras, os Estados e Municípios também criaram suas Leis. Analisaremos, à luz da Análise de Discurso, a Lei nº 2059 de 01 de agosto de 2013 que oficializa a Língua brasileira de sinais – Libras no município de Porto Velho e a Lei nº 4.559 de 02 de março de 2018 que institui a Libras como disciplina optativa no ensino médio para os alunos da rede pública de ensino do Estado do Amazonas.

Iniciaremos com a Lei do município de Porto Velho que em seu enunciado diz: *"Dispõe sobre a **oficialização** da Língua brasileira de sinais – Libras no município de Porto Velho e dá outras providências".*

Para analisarmos essa Lei de Porto Velho, e mais especificamente o termo **oficialização**, nos reportaremos às condições de produção do termo oficialização correlacionando-o com a questão da globalização que foi produzida em condições de produção mais amplas e estritas para, assim, compreendermos o funcionamento desse discurso.

Antes de nos voltarmos para a análise do termo oficialização tomaremos as formulações de Eni Orlandi (2009, p.181) sobre globalização ou, segundo a autora, mundialização (criação de um espaço mundial interdependente).

Orlandi (2009, p. 183) aborda as desigualdades provocadas pela mundialização e o quanto o poder público exerce o seu poder controlador podendo regular o estado das coisas, mas privilegia o protecionismo. É nesse sentido que fazemos a correlação entre o termo oficialização e a globalização ou mundialização. Por isso, nos voltaremos para a abordagem da pessoa com deficiência, mais especificamente a pessoa Surda, na perspectiva da globalização.

A inclusão das pessoas com deficiência teve o seu início com o advento da globalização. E ela é marcada ideologicamente pela noção de hegemonia, cujo funcionamento se dá pela força de trabalho, nos sistemas produtivos e na aquisição de competências e conhecimentos.

Nesse sentido, a educação é uma condição básica para a aquisição desses conhecimentos; provocando contraditoriamente a exclusão, pois no equívoco da valorização do conhecimento recai na contradição de excluir quem não o adquiriu.

No discurso subjacente à globalização está a cisão do surdo e sua língua, como se ela não estivesse imbricada em sua constituição. Nessas condições de produção entre o inclusivo e o excludente, marcados subjacentemente pela ideologia de grupos sociais e do Estado é que está o funcionamento do discurso sobre o sujeito surdo e a língua de sinais. Ao se falar de globalização se diluem as especificidades históricas de cada país, ou seja, produz-se esse efeito. Desse modo, entendemos que é preciso compreender o que determina este dizer de inclusão e exclusão, isto é, em qual formação discursiva estes sentidos se inscrevem, para que não fiquemos na sua evidência e nem cairmos na evidência do sentido (idealista) de igualdade.

Fizemos conjecturas sobre as condições amplas e no mesmo sentido faremos a análise das condições de produção estrita.

Na perspectiva do discurso contraditório da globalização, a prefeitura de Porto Velho - RO inaugurou no dia 12 de abril de 2013 a escola bilíngue para surdos. Com esse gesto, ela indicou que sua política inclusiva é, na verdade, exclusivista, ou seja, optou por uma política de educação em que o aluno surdo terá uma educação bilíngue em uma escola para surdos em que a língua de instrução é a Libras. Nesse contexto, no dia 01 de agosto de 2013 foi sancionada a Lei que oficializou a Libras no município.

Explanamos as condições de produção ampla e estrita no que se refere à Lei de Libras do município de Porto Velho, entretanto, questionamos o porquê de se oficializar uma língua.

Entendemos que no bojo desse gesto há o poder ideológico de Estado e a ilusão dos surdos em terem seus direitos garantidos por ela estar "oficializada". Mas o real da língua é inacessível e há equívoco nesse gesto.

Ainda na Lei de Libras do município de Porto Velho em seu artigo 1º: *"A Língua brasileira de sinais – Libras fica **reconhecida** como meio de comunicação e expressão, a ela associada, neste município"*.

Ao nos depararmos com a palavra **reconhecida** no artigo 1º da Lei de Libras do município de Porto Velho, imediatamente, identificamos que se trata da mesma utilizada pela Lei de Libras- 10.436/2002, que também cita em seu artigo 1º: *"É **reconhecida** como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados"*.

Desse modo, observamos que há no bojo da formulação dessas Leis a presença, não-dita, da negação da Língua brasileira de sinais, na ilusão de que formulando Lei a validará como língua; uma vez que a noção de que língua é material e intangível.

Assim, na contradição entre **reconhecer** e **oficializar**, tomamos o que Orlandi (1999, p.33) diz sobre "o esquecimento ideológico, isto é, se tem a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes. No esquecimento ideológico somos afetados pela ideologia".

Dando prosseguimento à análise das Leis e o "real do sentido em sua materialidade linguística e histórica", como diz Orlandi (1999, p. 59), analisaremos a Lei do Estado do Amazonas. Lei que institui a Libras como disciplina aos alunos do Ensino Médio do Estado do Amazonas.

Essa Lei nº 4.559, de 02/03/2018, dispõe sobre o ensino da **Linguagem** brasileira de sinais – Libras, no ensino médio da Rede Pública de Ensino do Estado do Amazonas.

Em seu parágrafo único: *Entende-se como **Língua** brasileira de sinais – Libras a **linguagem** de sinais reconhecida por lei como meio de comunicação e expressão de comunidades de surdos do Brasil*.

Nesse Discurso da Lei do Estado do Amazonas, observamos a relação de sentidos entre **Língua** e **Linguagem** como se ambas tivessem o mesmo sentido. Como se as condições de produção fossem as mesmas de uma época em que a Língua de sinais era denominada de linguagem no sentido de ser uma pantomima, de ser apenas gestos sem significado.

Por conseguinte, nesse lugar em que essa contradição ocorre, a língua e a história se ligam pelo equívoco, pois na base da constituição desses sentidos ainda ressoa em pleno 2018, época da formulação da Lei do Estado do Amazonas, a não aceitação da Língua de sinais como língua.

Podemos concluir, com a análise das Leis apresentadas, a presença da contradição e da negação da Língua brasileira de sinais como língua falada pelas pessoas surdas, mesmo que essas Leis, pretensamente, em sua relação de poder institucional a oficialize, a reconheça e institua a ser ensinada como disciplina.

PARTE IV – SINALÁRIO

1 SINALÁRIO HISTÓRICO DE LIBRAS DA ANÁLISE DE DISCURSO: um instrumento linguístico

Iniciamos essa apresentação movidos, principalmente, pela inquietação gerada na medida em que nos deparamos com a teoria da Análise de Discurso de Michel Pêcheux, ao nos lançarmos na pesquisa sobre a Lei de Libras.

Inquietamo-nos, primeiramente, porque nos deparamos com conceitos densos e profundos nos deslocando do que havíamos aprendido e estudado na Linguística, no curso Letras-Libras. Em segundo lugar porque não havia sinais da Libras para os conceitos da AD.

Em vista disso, nos imbuímos, juntamente com outros surdos que cursavam, ou que pretendiam cursar essa disciplina, em buscar compreender os sentidos dos conceitos da Análise de Discurso para que assim pudéssemos lhes atribuir sinais que configurassem os seus sentidos e significados. Unimo-nos, também, nesse estudo e pesquisa, ao GPeCHeLi. O processo de produção para a formulação de sinais-termos para a AD foi construído através de discussões realizadas com o grupo de pesquisas GPeCHeLi, formado por professores e acadêmicos da disciplina do mestrado, bem como demais docentes da área da Análise de discurso. Destacamos a participação de três Surdos e uma intérprete de Libras na composição do grupo. A base teórica da discussão foi fundamentada em Michel Pêcheux e Eni Orlandi.

Deixamos claro que a formulação desses sinais-termos não finda com essa pesquisa, ela deverá ser continuada e até mesmo reformulada por outros sujeitos pesquisadores.

Desse modo, construímos um Sinalário com conceitos próprios da AD abrindo um canal de acessibilidade para que os surdos possam se interessar por essa disciplina, como também se tornarem sujeitos-autores de sinais referentes a essa teoria.

Na Libras, os parâmetros fonológicos determinam quais são as unidades mínimas que formam os sinais e estabelecem quais são os padrões possíveis de combinação entre essas unidades e as variações possíveis no ambiente fonológico (QUADROS E KARNOPP, 2004, p. 47).

Quadros (2004) destaca que

> apesar da diferença existente entre línguas de sinais e línguas orais, no que concerne à modalidade de percepção e produção, o termo 'fonologia' tem sido usado para referir-se também ao estudo dos elementos básicos das línguas de sinais (QUADROS, 2004, p. 48).

Trouxemos esses conceitos da linguística para compreendermos a base teórica da formulação e produção dos sinais das línguas de sinais. É preciso dizer que a Análise de Discurso não concebe a língua da mesma forma que a linguística. A língua para a Análise de Discurso não é um objeto imanente, ela é a base material para a realização dos processos discursivos diferenciados. No caso específico da língua de sinais brasileira, ela tem uma materialidade significante específica que são os sinais produzidos com as mãos e seus movimentos no espaço e no corpo do sujeito.

Por conseguinte, a Análise de discurso trabalha com a língua em funcionamento, na relação contraditória entre língua fluída/língua imaginária. (Orlandi,2009).

Ainda em Orlandi (2009) trazemos a diferença entre a língua fluida e língua imaginária:

> A língua imaginária é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas. São as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, estáveis em sua unidade e variações. São construções. A língua fluida por seu lado, é a língua movimento, mudança contínua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas. A que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente (ORLANDI, 2009, p.18).

Para a Análise de Discurso, a história não é contorno, ou seja, a língua tem uma historicidade e a história está na língua, no seu funcionamento, na produção de sentidos. Pêcheux nos coloca formulações sobre o sujeito e o sentido fazendo-nos refletir e a ultrapassar a noção da organização da língua, ou seja, regra e sistematicidade chegando à ordem, isto é, funcionamento e falha da língua, bem como da história. Assim, segundo Mariani: "O acesso à ordem da língua, em sua materialidade, só é possível se concebermos essa materialidade sendo afetada pela materialidade da história" (MARIANI, 2003, p. 65).

Desse modo, podemos dizer que a história encarna na língua, ou seja, a língua se inscreve na história para significar, mas isso não é transparente para o sujeito. O sujeito está na história e ela o afeta, por isso a língua não é só forma, ela é também uma relação do sujeito com a história.

Dito isso, trazemos a Língua brasileira de sinais – Libras, cuja teoria está no equívoco do viés linguístico, ou seja, na estrutura e não na história ou no acontecimento.

Nosso deslocamento se estabelece quando trazemos, à luz da AD, a ousadia em rompermos (sabemos que é difícil por causa da constituição da memória dos sujeitos surdos) essa ilusão que, nós surdos, trazemos, na história, sobre as línguas de sinais.

A Linguística tem como objeto de estudo a língua concebendo-a como estrutura, isto é, trabalha com a língua imaginária, “impregnando o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua.” (Orlandi, 2009, p. 18). Essa noção corroborou para confundir os sujeitos surdos, em especial, nessa relação com as línguas de sinais. Por isso a ilusão de se “criar” os sinais, como se eles estivessem descolados da história, do acontecimento. Orlandi, (2009, p. 18) diz: “Em nosso imaginário (a língua imaginária) temos a impressão de uma língua estável, com unidade, regrada, sobre a qual, através do conhecimento dos especialistas, podemos aprender, termos o controle”. Assim, nessa ilusão do controle e do equívoco, as línguas de sinais são concebidas.

Já a Análise de Discurso trabalha na relação contraditória entre a língua imaginária e a língua fluida, pois trabalha no funcionamento da língua. Essa formulação nos leva à reflexão sobre uma língua de sinais fluida, sem controle, sem ser somente uma língua gramatical, delimitada por seus parâmetros “fonológicos”, mas também constituída de sentidos por sua história e suas condições de produção, afetada pela ideologia e pelo inconsciente (ORLANDI, 2009).

Diante disso, estamos construindo esse Sinalário com o propósito, mesmo que difícil, de romper com a noção de conceber a Libras apenas como estrutura. Ele é um acontecimento que inaugura um outro dizer, rompendo com a noção de língua imaginária, trazendo o real da língua com a noção de língua fluida.

Concebemos a construção deste Sinalário enquanto um instrumento linguístico que é parte do processo de gramatização da língua de sinais, no Brasil. Este Sinalário é parte do processo de constituição desta língua no Brasil.

Auroux (2014) nos diz que não há razão para os saberes sejam entendidos da mesma forma e organizados da mesma maneira, pois eles acontecem de diferentes modos. Ele diz ainda, “que todo saber seja um produto histórico” (AUROUX, 2014, p. 14).

Trouxemos esse dizer de Auroux para refletirmos sobre a produção dos sinais da Libras, pois, aparentemente eles parecem estar desassociados da história dos surdos. Linguisticamente esses sinais são concebidos como icônicos, isto é, são reproduzidos tal qual o objeto a ser sinalizado, ou seja, mera reprodução. Outra classificação são os sinais arbitrários, ou seja, são “criados” aleatoriamente de acordo com o que um ou mais surdos interpretarem. Assim me pergunto: e cadê os sentidos dos sinais? É nesse momento que compreendo o que a AD diz em relação a produção de sentidos: é no funcionamento da língua, do inconsciente e da história que se estabelece a produção de sentidos. Percebo também o apagamento da língua na nossa história.

A formulação de um sinal perpassa pelo seu efeito de sentido, pela sua historicidade, como também pelo gesto de interpretação do analista.

Por essa razão é que na construção desse Sinalário contamos com Surdos e ouvintes que estudam a AD. Esse grupo pretende, em grupo, em discussão, enquanto analistas, trazerem o gesto de interpretação dos efeitos de sentidos nos sinais.

Destacamos que há um dicionário de Libras, ou seja, um instrumento linguístico, publicado pelos autores Fernando César Capovilla, Walkiria Duarte Raphael e Aline Cristina L. Maurício. Silva. Sobre esse dicionário Nilce afirma em sua tese - Instrumentos Linguísticos de Língua brasileira de sinais – Constituição e Formulação, que essa obra privilegia os ouvintes que querem aprender a língua de sinais, pois os desenhos utilizados não asseguram ao surdo o conhecimento da língua de sinais para encontrar o sinal a ser consultado (SILVA, 2012).

Nesse sentido, o instrumento linguístico que estamos construindo se lança no desafio de produzir sinais específicos da AD, sinais que os surdos compreendam os seus sentidos e significados. Temos noção da complexidade de todas as línguas orais e a Língua brasileira de sinais requer, principalmente, um deslocamento em todos os sentidos, pois não se trata de uma língua oral. Os sinais, como todo discurso, é um espaço simbólico passando pelo gesto de interpretação, ou seja,

marcado pela incompletude. Como diz Orlandi (1996, p.18), “A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história”.

Outro destaque que fazemos é que há um artigo – da AAD-69 Ao Sinalário: leituras da/sobre a Análise de Discurso. Ele apresenta o processo de produção de um instrumento linguístico da/sobre a AD pela comunidade surda brasileira. A autora Maraísa (2019) nos traz a sua experiência como docente do Curso Letras-Libras na disciplina de Análise de Discurso. Ela fala do incômodo ao se produzir um sinal para A “Análise de Discurso”, pois não houve um deslocamento, ele foi produzido, ainda, na base oral, configurando a equivocidade, pois o sinal é realizado próximo ao ouvido, levando dessa forma ao questionamento sobre as condições de produção e dos sentidos do sinal. Segundo Maraísa, foi a partir dessa angústia e compreensão que ela sentiu a necessidade da produção de um Sinalário de Análise de Discurso, “trazendo à tona o papel dos instrumentos linguísticos para a constituição de um dizer sobre a Libras, e em sua extensão, um dizer sobre a AD” (LOPES, 2019, p. 230).

O mesmo incômodo e a noção da ausência de sentido, de acordo com a teoria da AD, nos levou a também produzir um Sinalário com produção de sentidos próprios da AD.

A minha experiência, como surdo, na disciplina AD, sendo intermediado pelo gesto de interpretação de um intérprete de Libras, me impulsionou a conhecer mais profundamente sobre as formulações da AD, como também compreender a língua de sinais em sua fluidez. Percebia na no gesto de interpretação do intérprete, mesmo em toda sua dedicação e esforço, não me trazia as formulações e noções do que constituía as especificidades da Análise de Discurso. Dessa forma, propus ao meu orientador e ao grupo GPeCHeLi esse desafio de construir um Sinalário com sinais específicos da AD.

Sabemos que nem sempre conseguimos a produção de sentido dos sinais-termos referentes as formulações da AD, pois a língua é repleta de equívocos e na relação da Libras com a Língua Portuguesa ocorre a exotransferência, pressupondo dessa forma, a incidência da evidência, nos levando a opacidade e ao apagamento da historicidade dessa Língua.

Por essa razão, deixamos, como é toda língua, aberta para reformulações. Ademais, como diz Orlandi (2009, p,18-19):

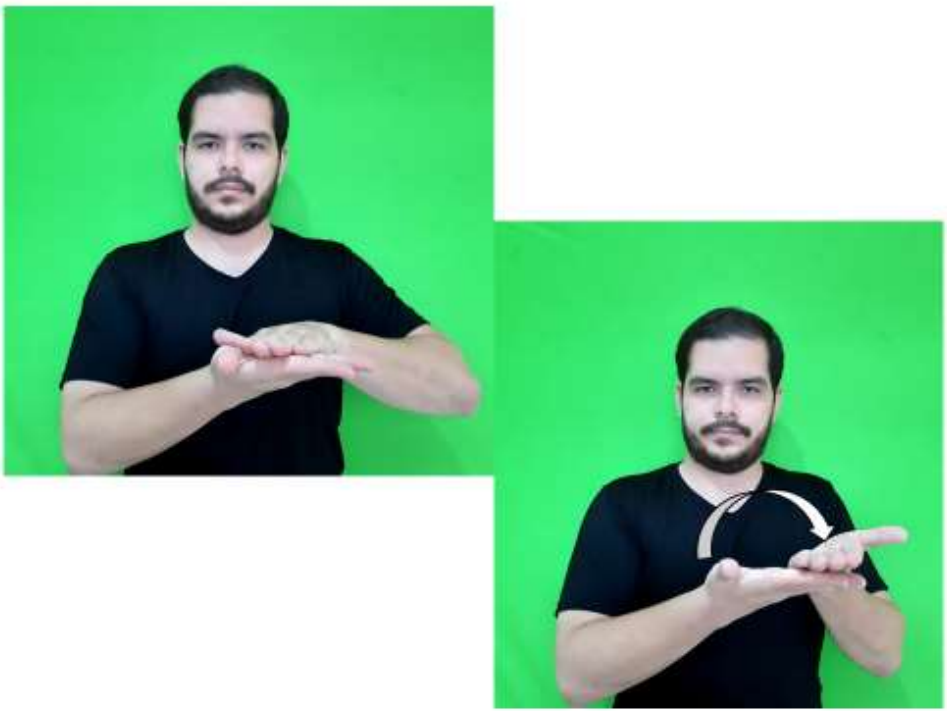
> Não temos controle sobre a língua que falamos, ela não tem a unidade que imaginamos, não é clara e distinta, não tem os limites nos quais nos asseguramos, não a sabemos como imaginamos, ela é profundidade e movimento contínuo. Des-limite (ORLANDI, 2009, p. 18-19).

Na formulação dos sinais-termos para a AD, destacamos o sinal de interpretação. Fizemos esse destaque visto que a noção de interpretação para a AD nos deslocou completamente do conceito e do sinal ao qual já conhecíamos e estávamos acostumados. Para tanto, faremos um paralelo entre o sinal de interpretação fundamentado pela linguística e o sinal-termo produzido a partir da noção de interpretação da AD.

O sinal para interpretação, fundamentado pela linguística, foi produzido a partir do conceito de mediação linguística, ou seja, transmitir um discurso oral para a língua de sinais ou um discurso em língua de sinais para a língua oral.

Baseados nesse conceito, assim foi produzido o sinal para interpretação na visão da linguística:

Figura 12 – Interpretação I



Fonte: Dicionário de Capovilla

Tabela 03 – Descrição de parâmetros I

CM: As duas mãos abertas com o polegar afastado dos outros dedos; PA: espaço neutro na altura do tronco; MO: Mão esquerda parada e a mão direita movimento semicircular na palma da mão esquerda; O: Mão esquerda para cima e a mão direita inicialmente para cima e após o movimento, mão direita para baixo; EXP: Boca com sopro, olhar comprimido e testa franzida.

A produção do sinal para interpretação de acordo com a teoria da AD foi difícil, pois sempre concebi a interpretação, de acordo com a teoria da Linguística, ou seja, passar de uma língua para outra. Fazer esse deslocamento, exigiu-me a leitura, principalmente, do livro da Eni Orlandi sobre Interpretação (Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico, 1996) e muitas discussões com o grupo GPeCHeLi. Para que assim eu compreendesse que a noção de interpretação "está sempre presente em toda e qualquer manifestação da linguagem", como diz Orlandi (1996, p. 9).

A noção de interpretação, segundo Orlandi (1996, p. 9), passa por ser transparente e na realidade são muitas e diferentes suas definições, entretanto, Orlandi destaca que "não há sentido sem interpretação", mais ainda, ela afirma que "a vida é função da significação e do gesto de interpretação cotidianos, ainda que não sentidos como tal" (ORLANDI, 1996, p. 9).

Essa noção, lida, refletida e discutida com o grupo de estudos, nos levou, a mim e a outros surdos participantes do grupo, a compreendermos o que a interpretação concebe, pois além do efeito de sentido, ela também perpassa pela leitura (outro conceito tão diferente e significativo do que até então conhecíamos).

A interpretação não é evidente e sempre passível de equívoco, há na interpretação a contradição do dito e do não-dito. Todos os efeitos do trabalho simbólico nos levaram a buscar um sinal que trouxesse esse sentido. Sabemos das inúmeras possibilidades para esse sinal, pois os sentidos não se fecham.

Sendo assim, esse sinalário como um acontecimento inaugura reflexões e pesquisas na teoria da AD rompendo com o já estabelecido pela linguística, provocando os sujeitos surdos a serem autores. Para concluirmos retomamos Lopes (2019, p.234): "Esperamos que os sujeitos surdos saiam dos processos de reprodução mnemônica e passe a uma reprodução histórica".

Por fim, queremos destacar que os sinais, relativos aos termos-conceitos da Análise de Discurso, que elaboramos pare este sinalário, constituem-se em um discurso sobre esta língua, na tensão entre descrição e interpretação. Descrever o sinal, já pressupõe interpretá-lo. Neste sentido, compreendemos que a língua é estrutura e acontecimento.

Figura 13 – Interpretação II

Fonte: elaborada pelo autor

Tabela 04 – Descrição de parâmetros II

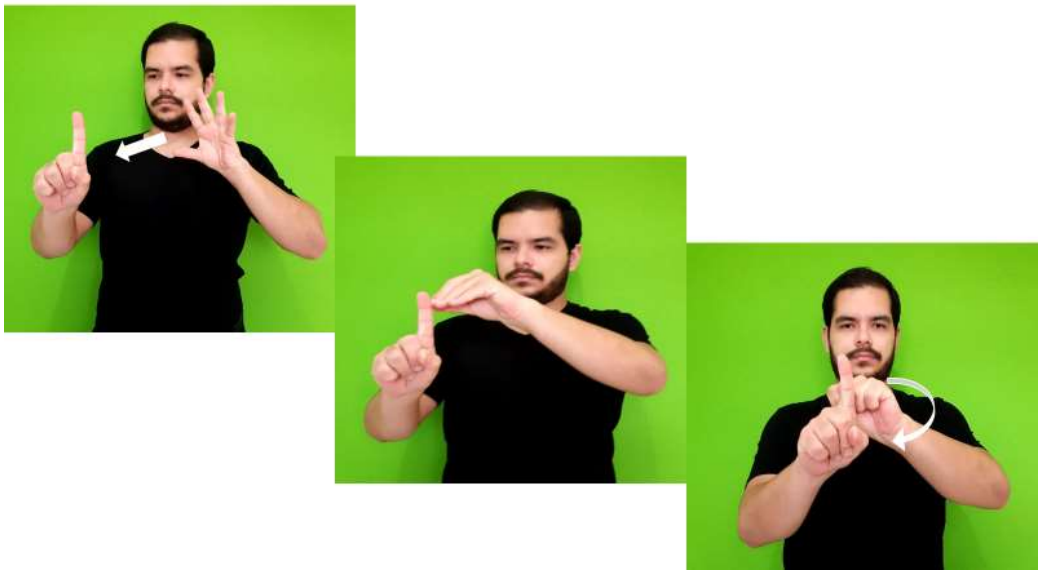
CM: Mão direita configurada com a letra “A”, em seguida configurada com a mão espalmada; PA: Espaço neutro, na direção dos olhos; MO: Retilíneo para trás; O: Para dentro, frente ao rosto; EXP: Expressão facial de atenção.

Fonte: elaborada pelo autor.

As mãos abertas em direção aos olhos são os vários sentidos, as diferentes formas de linguagem com suas diferentes materialidades (ORLANDI, 1996, pg. 9).

Esclarecemos que essa formulação não é definitiva, ela foi produzida na condição de produção acadêmica e é sempre passível de equívoco, como toda interpretação.

Tabela 05 – Sinalário dos sinais formulados em Libras

Nº	Imagem de Sinalizado	Conceito:
01		**FORMAÇÃO SOCIAL** **Descrição do Sinal:** CM: Mão direita apenas com o dedo indicador levantado, e a mão esquerda, inicialmente, espalmada e em seguida dedos com as pontas se tocando; para o sinal "social", mão esquerda em "s"; PA: Espaço neutro, na altura do peito; MO: Mão esquerda espalmada, movimento reto para frente, em direção à configuração da mão direita, juntando os dedos e tocando no indicador da mão direita; configurada em "s" a mão direita faz um movimento semicircular na lateral do dedo indicador da direita; O: Mão direita direcionada para frente, mão esquerda espalmada para baixo. EXP: Boca com sopro, olhar comprimido e testa franzida. :

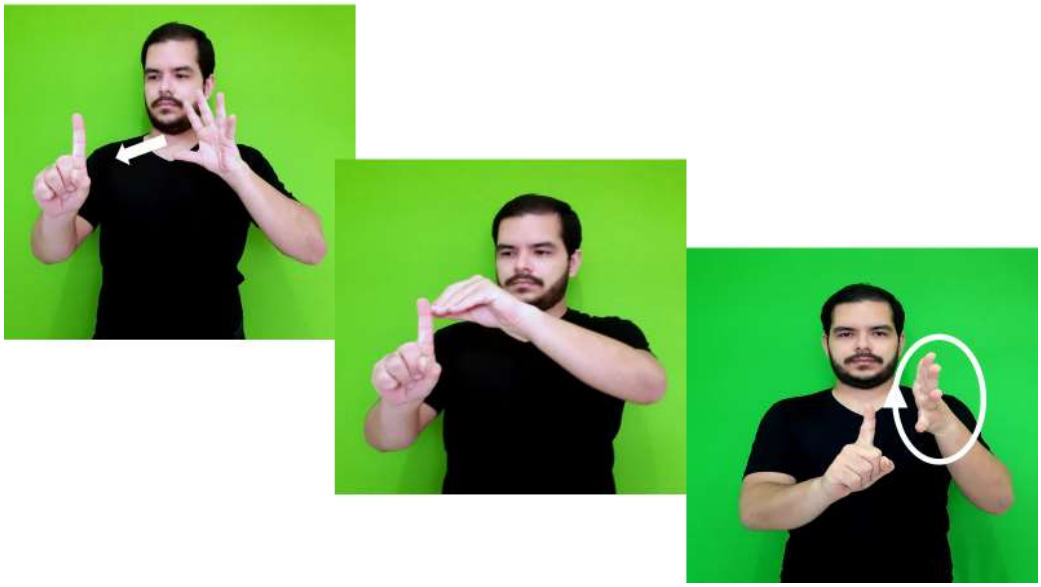
02	FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

Descrição do Sinal:

CM: Mão direita apenas com o dedo indicador levantado, e a mão esquerda, inicialmente, espalmada e em seguida dedos com as pontas se tocando; para o sinal de “ideologia”, as duas mãos abertas, com a direita, na horizontal, atrás da esquerda, na vertical;
PA: Espaço neutro na altura do peito;
MO: Mão esquerda espalmada, movimento reto para frente, em direção à configuração da mão direita, juntando os dedos e tocando no indicador da mão direita. Com as mãos abertas, uma na frente da outra, tocando duas vezes a palma da mão esquerda no dorso da mão direita;
O: Mão direita direcionada para frente, e a esquerda para baixo; para o sinal de “ideologia”, as duas mãos para frente;
EXP: Boca com sopro, olhar comprimido e testa franzida.

03

FORMAÇÃO DISCURSIVA



Descrição do Sinal:

CM: Mão direita apenas com o dedo indicador levantado, e a mão esquerda espalmada;
PA: Espaço neutro na altura do peito;
MO: Ao lado do dedo indicador, da mão direita, o movimento da mão esquerda será circular, para frente, de cima para baixo;
O: Mão direita direcionada para frente, mão esquerda para o lado direito;
EXP: Boca com sopro, olhar comprimido e testa franzida.

04

FORMAÇÃO IMAGINARIA

Descrição do Sinal:

CM: Mãos abertas, com dedos separados;
PA: Espaço neutro, na direção do rosto;
MO: Movimento circular, em seguida, movimento para os lados aproximando as mãos, tocando as pontas dos polegares uma com a outra;
O: Para frente
EXP: Olhos atentos, acompanhados com a testa franzida.

05

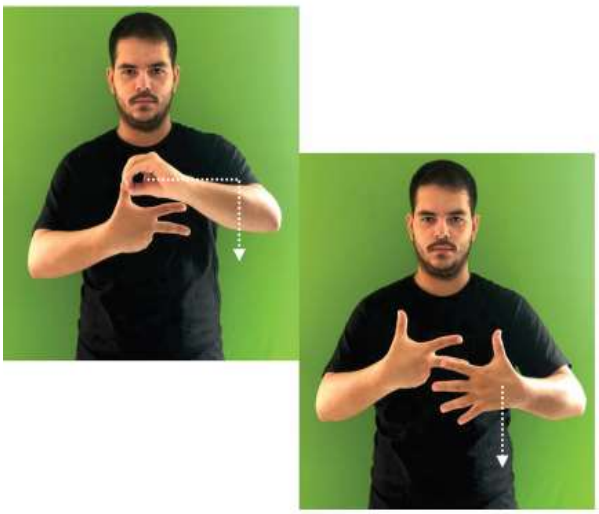
ANÁLISE DE DISCURSO

Descrição do Sinal:

CM: Mãos abertas, dedos polegares afastados dos outros; em seguida, mão direita fechada com o dedo indicador levantado e a mão esquerda espalmada;
PA: No espaço neutro, na altura do rosto, direcionando para frente do peito;
MO: Tremido para baixo; em seguida, movimento circular da mão esquerda na lateral do indicador direito;
O: As duas mãos direcionadas frente à frente, alternando para trás várias vezes enquanto movimentam-se para baixo; mão direita com o dedo indicador levantado direcionada para frente e a mão esquerda direcionada para o lado direito;
EXP: Expressão facial neutra.

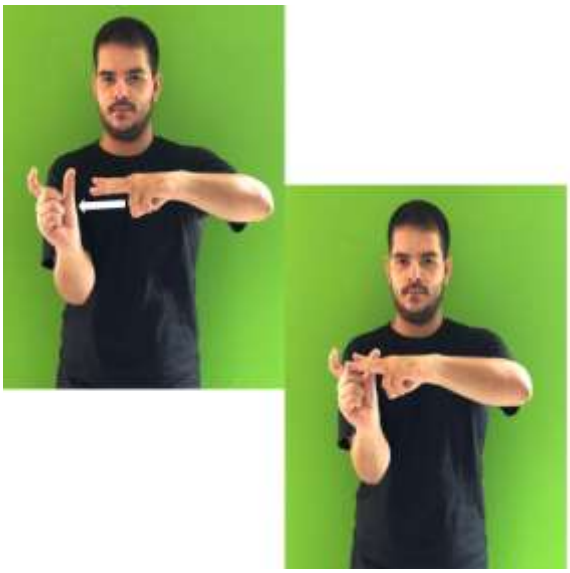
06

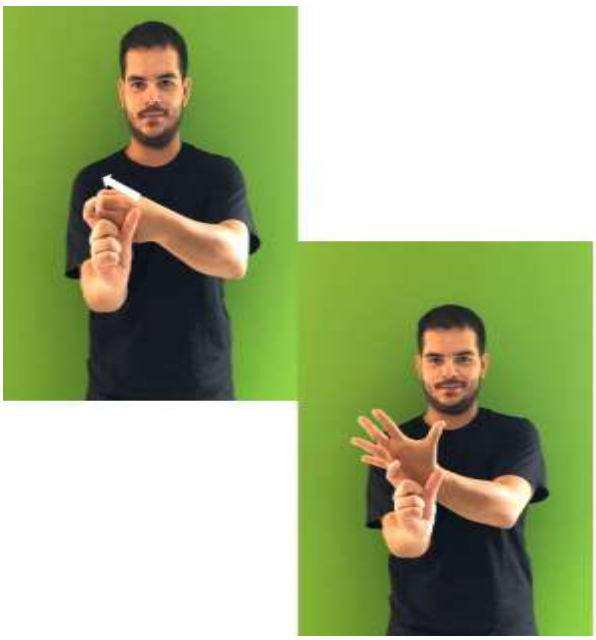
TRÊS REGIÕES

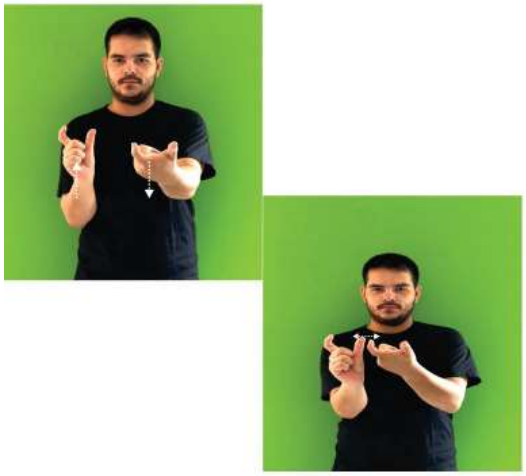


Descrição do Sinal:

CM: Mão direita fechada, com os dedos polegar, indicador e médio levantado; mão esquerda configurada com a letra “O”; finalizando com a mão espalmada com os dedos separados;
PA: Espaço neutro, na altura do tórax;
MO: Mão direita parada, mão esquerda movimentando-se a partir do dedo polegar da mão direita até o dedo médio e mudando a configuração de mão em seguida;
O: Mão direita para trás, mão esquerda, inicialmente, direcionada para o lado direito finalizando com a mão espalmada direcionada para trás;
EXP: Expressão facial neutra.

07	**DISCURSO** **Descrição do Sinal:** CM: Mão direita apenas com o dedo indicador levantado, e a mão esquerda espalmada, com todos os dedos separados; PA: Espaço neutro na altura do tórax; MO: Mão esquerda com movimento será circular, para frente, de cima para baixo, ao lado do dedo indicador direto; O: Mão direita direcionada para frente, mão esquerda para direcionada para frente, com a mão esquerda, ao lado do dedo indicador direto, direcionada para o lado direito; EXP: Expressão facial neutra.
08	**ACONTECIMENTO**  **Descrição do Sinal:** CM: Mão direita fechada, com o dedo polegar e indicador levantados, dedo indicador dobrado; mão esquerda configurada com a letra “V”; PA: Espaço neutro, na altura do tórax; dedo polegar direito entre os dedos direito e médio da mão esquerda; MO: Mão direita parada, mão esquerda com movimento retilíneo para a direita, juntando-se ao polegar direito; O: Mão direita para frente, mão esquerda para baixo; EXP: Expressão facial de atenção.

09	**TRANSPARENTE** **Descrição do Sinal:** CM: Mão direita apenas com os dedos indicador e polegar dobrados, e a mão esquerda espalmada, com todos os dedos separados; PA: Espaço neutro na altura do tórax; MO: Mão esquerda com movimento será para cima e para baixo, ao lado do dedo indicador direto; O: Mão direita para frente, mão esquerda para trás; EXP: Lábios cerrados, olhos comprimidos, franzindo a testa.
10	**EFEITOS DE SENTIDO**  **Descrição do Sinal:** CM: Mão direita com o dedo indicador e polegar levantados, dedo indicador dobrado; mão esquerda configurada com a letra “O”, finalizando com a mão espalmada com todos os dedos separados; PA: Espaço neutro na altura do tórax; MO: Mão esquerda com movimento para a direita, entre os dedos indicador e polegar da mão direita; O: Mão direita para frente, mão esquerda para cima; EXP: Expressão facial neutra.

11	**INTERPELADO** **Descrição do Sinal:** CM: Mão direita apenas com o dedo indicador levantado, e a mão esquerda espalmada, com todos os dedos separados; PA: Espaço neutro na altura do tórax; MO: mão esquerda com movimento invertido para frente, na direção do dedo indicador direto; O: mão direita para frente, mão esquerda, inicialmente, para frente e ao decorrer do movimento inverte a direção da palma para cima; EXP: Expressão facial neutra.
12	**ALTERIDADE**  **Descrição do Sinal:** CM: mãos fechadas, com dedos indicadores e polegares levantados, dedos indicadores dobrados; PA: Espaço neutro, na altura do tórax; MO: Mão direita para trás e mão esquerda para frente, ao encontrar-se, movimentam-se para dentro, tocando o indicador com o polegar; O: Para cima; EXP: Lábios cerrados, olhos bem abertos.

13

FORMA – SUJEITO

Descrição do Sinal:

CM: Mão direita fechada, com o dedo indicador levantado; mão esquerda aberta, com o dedo médio dobrado;
PA: No espaço neutro, na altura do tórax;
MO: Movimento retilíneo com a mão esquerda para frente, na direção do indicador direito, levantando o dedo médio ao passar pelo indicador direito; movimento semicircular para frente da mão
O: Mão direita para frente, mão esquerda direcionada para a direita;
EXP: Expressão facial neutra.

14

L. ALTHUSSER

Descrição do Sinal:

CM: Mão esquerda configurada com a letra "L**",** curvando o dedo indicador;
PA: Lateral da boca;
MO: Dedo indicador dobrando para baixo;
O: Para direita;
EXP: Expressão facial neutra.

15

FATO

Descrição do Sinal:

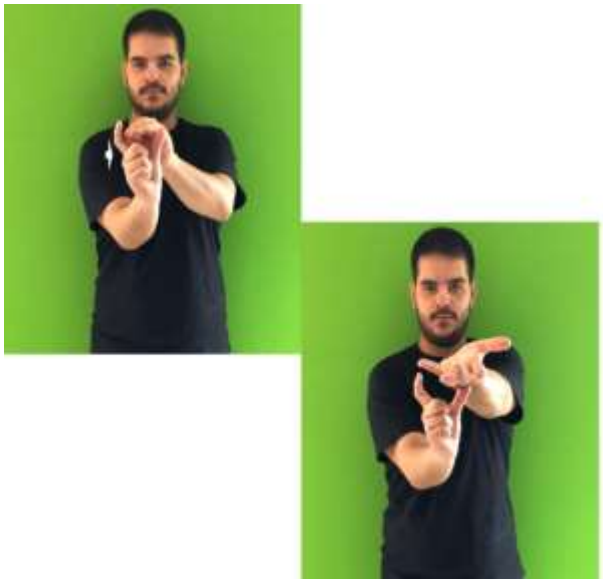
CM: Mão direita fechada, com o dedo indicador e polegar levantado, dedo indicador dobrado; mão esquerda com o indicador dobrado;
PA: Espaço neutro, frente ao tórax;
MO: Mão direita parada e a mão esquerda movimentando-se uma vez para cima e uma vez para baixo, apenas com o dedo indicador dobrando várias vezes;
O: Mãos para frente;
EXP: Lábios abrindo e fechando rapidamente várias vezes, olhar seguindo o movimento da mão esquerda.

16

INTERDISCURSO

Descrição do Sinal:

CM: Mão direita fechada, com o dedo indicador e polegar levantados, dedo indicador dobrado; mão esquerda espalmada, juntando as pontas dos dedos em seguida;
PA: No espaço neutro, na altura do ombro, mão esquerda finaliza o movimento entre os dedos indicador e polegar da mão direita;
MO: Mão direita parada, mão esquerda movimentando-se para frente na direção dos dedos indicador e polegar da mão direita;
O: Mãos para frente;
EXP: Expressão facial neutra.

17	**INTRADISCURSO**  **Descrição do Sinal:** CM: Mão direita fechada, com o dedo indicador e polegar levantados, dedo indicador dobrado; mão esquerda configurada com a letra “O”, e mão espalmada; PA: No espaço neutro, na altura do ombro, mão esquerda movimenta-se para frente entre os dedos indicador e polegar da mão direita; MO: Mão direita parada, mão esquerda movimentando-se para frente, a partir dos dedos indicador e polegar da mão direita; O: Mãos para frente e em seguida mão esquerda para cima. EXP: Expressão facial neutra.
18	**INDIVIDUO** **Descrição do Sinal:** CM: Mão direita fechada, com o dedo indicador levantado; mão esquerda configurada com a letra “P”; PA: Espaço neutro, na altura do peito; MO: Mão direita parada e a mão esquerda movimentando-se para cima e para baixo; O: Mão direita para frente e a mão esquerda direcionada para a direita; EXP: Expressão facial neutra.

19

SUJEITO

Descrição do Sinal:

CM: Mão direita fechada, com o dedo indicador levantado; mão esquerda espalmada, finalizando o sinal configurada com a letra “S”;
PA: Espaço neutro, na altura do peito;
MO: Mão direita parada e a mão esquerda movimentando-se para frente, em direção ao indicador da mão direita;
O: Mão direita para frente e a mão esquerda direcionada para frente, e ao tocar no indicador da mão direita, altera a configuração e direciona a mão para trás;
EXP: Lábios levemente abertos, olhar comprimido e testa franzida.

20

AIE

Descrição do Sinal:

CM: Mão esquerda, configurada com as letras “A”, “I”, “E”;
PA: Espaço neutro, na altura do ombro;
MO: Movimento para o lado esquerdo, ao soletrar as letras;
O: Para Frente;
EXP: Expressão facial neutra.

21

ARE

Descrição do Sinal:

CM: Mão esquerda, configurada com as letras “A”, “R”, “E”;
PA: Espaço neutro, na altura do ombro;
MO: Movimento para o lado esquerdo, ao soletrar as letras;
O: Para Frente;
EXP: Expressão facial neutra.

22

ENI ORLANDI

Descrição do Sinal:

CM: Mão esquerda aberta, finalizando o sinal com os dedos dobrados e o polegar afastado;
PA: Meio da cabeça e lateral do queixo;
MO: Semicircular;
O: Mão para baixo, finalizando o sinal com a mão para cima;
EXP: Expressão facial neutra.

23

EQUIVOCO

Descrição do Sinal:

CM: Mão direita apenas com os dedos indicador e polegar dobrados, mão esquerda espalmada, com os dedos separados, finalizando o sinal com os dedos dobrados;
PA: Espaço neutro, na altura dos ombros;
MO: Mão esquerda movimentando-se para a direita;
O: As duas mãos para frente
EXP: Lábios com sopro e olhar comprimido.

24

ESQUECIMENTO

Descrição do Sinal:

CM: As duas mãos com os indicadores levantados; em seguida, mão direita com os dedos indicador e polegar levantados, indicador dobrado;
PA: Espaço neutro, na altura do tórax;
MO: Mão esquerda para trás e mão direita para frente; em seguida, mão esquerda para frente com a mão direita movimentando-se para frente, riscando parra baixo várias vezes no indicador esquerdo;
O: As duas mãos para baixo, inicialmente, e mão direita direcionada para a esquerda;
EXP: Inflar os lábios, acompanhado de sopro várias vezes a partir do movimento da mão direita.

25

FREUD

Descrição do Sinal:

CM: Mão direita configurada com a letra “F”;
PA: Na frente do queixo;
MO: Semicircular para frente e para cima;
O: Para a esquerda;
EXP: Expressão facial neutra.

26

HIL

Descrição do Sinal:
CM: Mão esquerda, configurada com as letras “H”, “I”, “L”;
PA: Espaço neutro, na altura do ombro;
MO: Movimento para o lado esquerdo, ao soletrar as letras;
O: Para Frente;
EXP: Expressão facial neutra.

27

LACAN

Descrição do Sinal:

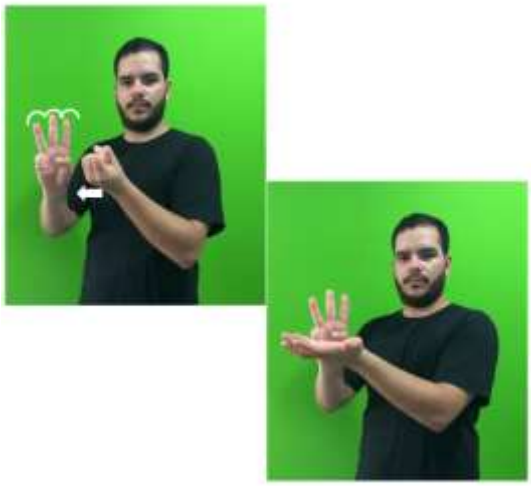
CM: Mão direita fechada, dedos indicador e polegar levantados;
PA: Na frente da testa;
MO: Duas vezes para frente;
O: Para trás;
EXP: Expressão facial neutra.

28	**LINGUA** **Descrição do Sinal:** CM: Mão esquerda configurada com a letra “L”; PA: Boca; MO: Para frente; O: Inicialmente para trás, após o movimento, palma da mão direcionada para frente; EXP: Expressão facial neutra.
29	**LINGUAGEM** **Descrição do Sinal:** CM: Mãos configuradas com a letra “L”; PA: Boca; MO: Para frente; O: Inicialmente para trás, após o movimento, palma da mão direcionada para frente; EXP: Expressão facial neutra.

30	**LINGUISTICA** **Descrição do Sinal:** CM: Mãos configuradas com a letra “L”, e com a letra “S”; PA: Boca; MO: Para frente; O: Inicialmente para trás, após o movimento, palma da mão direcionada para cima; EXP: Expressão facial neutra.
31	**KARL MAX** **Descrição do Sinal:** CM: Mão direita configurada com a letra “W”; PA: Lado direito do rosto; MO: Movimento semicircular para trás, de baixo para cima; O: Para baixo; EXP: Expressão facial neutra.

32

MATERIALIDADE



Descrição do Sinal:

CM: Mão direita configurada com a letra “W”, e a mão esquerda, inicialmente, com a letra “S”, finalizando com a mão espalmada;
PA: Espaço neutro, na altura do tórax;
MO: Para frente, porém, a mão esquerda ainda configurada com a letra “S”, inicialmente, movimenta-se em círculo duas vezes e em seguida, com a mão espalmada, movimenta-se para frente;
O: Mão direita direcionada para a esquerda e a mão esquerda para cima;
EXP: Olhar suavizado e lábios levemente sorrindo.

33

MICHEL PÊCHEUX

Descrição do Sinal:

CM: Mão esquerda espalmada, com os dedos separados, finalizando o sinal com as pontas dos dedos juntas;
PA: Bochechas;
MO: Com a mão espalmada, inicia-se o sinal com a mão esquerda tocando na lateral direita do rosto, movimenta-se para baixo em direção à outra lateral, concluindo o sinal com a outra CM;
O: Para a direita;
EXP: Expressão facial neutra.

34

OPACIDADE

Descrição do Sinal:

CM: Mão direita fechada com o dedo indicador levantado, mão esquerda espalmada, com os dedos separados, finalizando o sinal com os dedos dobrados;
PA: Espaço neutro, na altura dos ombros;
MO: Mão esquerda movimentando-se para a direita;
O: Para frente
EXP: Lábios com sopro e olhar comprimido.

35

POSIÇÃO

Descrição do Sinal:

CM: Mãos fechadas, dedos indicador e polegar levantados, dedos indicados dobrados; mão esquerda fechada com o dedo indicador levantado.
PA: Espaço neutro, em frente ao peito; e na lateral direita do corpo;
MO: Movimento para baixo; em seguida, movimento inclinado com a mão esquerda para o lado direito;
O: Para dentro, frente à frente, em seguida, mão esquerda direcionada para trás;
EXP: Testa franzida, lábios levemente abertos, olhos direcionado para o lado direito acompanhando o segundo movimento com a mão esquerda.

36

POSIÇÃO – SUJEITO

Descrição do Sinal:

CM: Mão direita fechada, dedo indicador levantado; mão esquerda espalmada, em direção ao dedo indicador alternando para a configuração em “S”, finalizando a etapa das configurações com a mão esquerda aberta, dedos indicador e médio cruzados, dedo polegar afastado;
PA: espaço neutro, na altura do tórax;
MO: Mão esquerda com movimento retilíneo para frente, e retilíneo para baixo com os dedos indicador e médio cruzando e descruzando-se;
O: Inicialmente, as duas mãos direcionadas para frente, movimento inverso da mão esquerda, tornando para trás a direção da mão esquerda e a mão direita permanece para frente;
EXP: Expressão facial neutra.

37

PRÉ – CONSTRUÍDO

Descrição do Sinal:

CM: Mão esquerda espalmada, dedos separados; mão direita configurada com o número “4”;
PA: Espaço neutro, na altura do tórax;
MO: Mão esquerda com movimento circular duplo para frente e semicircular para trás, abrindo e fechando ao tocar em cada dedo da mão direita;
O: Mão direita direcionada para a esquerda e mão esquerda direcionada para a direita, em seguida, mão esquerda orientada para cima;
EXP: Boca aberta, testa franzida e olhos comprimidos.

38

PSICANALISE

Descrição do Sinal:

CM: Mão direita aberta, dedo polegar afastado; mão direita configurada com a letra “P”;
PA: Espaço neutro, frente ao rosto;
MO: Retilíneo, alternado para frente;
O: Para trás;
EXP: Expressão facial neutra.

39

RECORTE DE *CORPUS*

Descrição do Sinal:

CM: Mãos configurada com a letra “V” e letra “U”;
PA: Espaço neutro, na altura do peito;
MO: Semicircular para o lado;
O: Mão direita direcionada para a esquerda e a mão esquerda para a direita;
EXP: Expressão facial neutra.

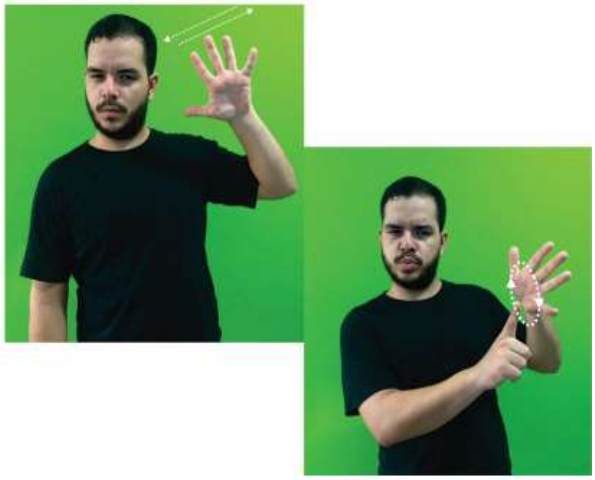
40

F. SAUSSURE

Descrição do Sinal:

CM: Mão direita configurada com a letra “S”;
PA: Lateral da cabeça;
MO: Semicircular para trás;
O: Direcionada para a esquerda;
EXP: Expressão facial neutra.

41	**SENTIDO** **Descrição do Sinal:** CM: Mão esquerda aberta, dedos dobrados; PA: meio do peito; MO: Toque duplo no meio do peito; O: Para trás; EXP: Lábios levemente abertos e olhos comprimidos.
42	**SUBJETIVIDADE** **Descrição do Sinal:** CM: Mão esquerda aberta, mão direita fechada, dedo indicador levantado; PA: Espaço neutro, em frente ao peito; MO: Mão esquerda, movimento semicircular para trás; O: Para trás; EXP: Expressão facial neutra.

43	**TEORIA DE DISCURSO**  **Descrição do Sinal:** CM: Mão direita fechada, dedo indicador levantado. Mão esquerda espalmada; PA: Espaço neutro, lateral da cabeça e na altura do ombro; MO: Mão esquerda para o lado esquerdo, com os dedos tremendo; finalizando com movimento circular duplo da mão esquerda ao lado do indicador direito; O: mão direita para frente; finalizando com a mão direita apontada para a esquerda e a mão esquerda para a direita; EXP: Lábios comprimidos e teste franzida.
44	**TEXTO** **Descrição do Sinal:** CM: Mão direita espalmada, dedos afastados; mão direita configurada com a letra “T”; PA: Espaço neutro, na altura do ombro direito; MO: Mão direita parada, mão esquerda movimentando-se para baixo; O: Mão direita para frente, mão esquerda direcionada para a direita; EXP: Expressão facial neutra;

Fonte: elaborada pelo autor, com base no dicionário de Capovilla.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

A presente dissertação de Mestrado teve como objetivo analisar a Lei de Libras e outras leis afins à luz da Análise de Discurso, de Michel Pêcheux, que nos trouxe a reflexão sobre o conceito de sujeito, politica, língua, ideologia e discurso, também nos pautamos na HIL de Eni Orlandi, com ela abordamos a gramatização da Língua brasileira de sinais.

Dividimos o trabalho em IV seções. Na seção I fundamentamos teoricamente a Análise de Discurso: sujeito, linguagem e discurso que perpassam pela reflexão e o entendimento do gesto de interpretação, elementos fundamentais para o nosso instrumento, ou seja, a Lei de Libras ser analisada, pois na linguagem era gesto de interpretação, sua materialidade ocorre pelo discurso, pelo sujeito e sua ideologia no processo de significação. Isto nos possibilitou compreender o processo de significação do sujeito surdo e todos o processo elaborada em sua individualidade interpelado pelos fatos e acontecimento. Concluímos que o sujeito surdo, sua linguagem e seu discurso são formados pela sua história e que neles ocorreram apagamentos históricos e ideológicos ademais, no processo de construção do sujeito surdo, o traço de relação da língua como a exterioridade, no caso dos surdos, sua língua visual e sinalizada, a cultura surda faz parte dessa exterioridade pois ela está inerente à língua de sinais dos surdos e o efeito de sentido disso é a luta, a resistência por este direito linguístico.

Por fim, destacamos nesta seção a Análise de Discurso e a Psicanálise, nela o conceito de subjetividade tem relação intrínseca na formação da identidade e da cultura. No aprofundamento desta seção nos possibilitou desmistificar tudo que havíamos lido e absorvido como verdade sobre a história da educação de surdos, surpreendidos nos deparamos com inúmeros apagamentos e questionamentos que não foram respondidos por não haver publicações, bibliografias que nos esclarecesse o que de fato aconteceu, assim a transparência, opacidade nas condições de produção do discurso tanto por parte dos ouvintes quanto dos surdos foram constantes durante todo o processo de elaboração e conclusão desta pesquisa.

Na seção II fizemos o estudo da HIL – metodologia que consideramos fundamental para a nossa pesquisa por ser ela voltada à língua e esta ser o nosso objeto de estudo. Nos detivemos na gramatização da Língua brasileira de sinais.

Em Auroux vimos que os pilares da gramatização são o dicionário e a gramática. A Libras tem um dicionário, porém ele apresenta uma particularidade, ou seja, ele é baseado nas neurociências cognitivas e na Linguística, diferentemente do que comumente encontramos nos dicionários das línguas orais. Ele é um dicionário trilíngue – sinais da Libras, SignWriting (escrita de sinais) e português. Não encontramos nenhuma publicação de uma gramática de Língua brasileira de sinais, entretanto encontramos livros sobre os aspectos linguísticos desta língua. Talvez porque a própria noção de gramática faz ruído para descrever uma Língua de sinais, tal qual faz para descrever línguas como o chinês.

Este fato nos levou a concluir ousadamente que o motivo pelo qual não há uma gramática de Libras seja por tratar-se de uma exotransferência. Outra questão que nos inquietou é que a Língua brasileira de sinais está sempre relacionada à Língua Portuguesa, ou seja português sempre como meio, sempre intermediando a Libras. Não finalizamos esta seção como uma conclusão, mas com inquietações e muitos questionamentos como este: Será que a razão da Libras ainda não ter uma gramática se deve a opacidade e transparência da história dos surdos afetados pelos fatos e acontecimentos? Ou ainda pelo fato de a descrição gramatical não seja a mais adequada para descrever a língua de sinais? Eis a questão para posteriores pesquisas.

O cerne da nossa pesquisa está nesta seção III, pois analisamos à luz da análise de discurso os recortes da Lei de Libras. Assim neste campo teórico – analítico o sujeito, história e linguagem se relacionam neste ponto os sentidos da língua foram fundamentais para percebermos em nossa análise discursiva o objeto simbólico (língua) e a materialidade textual dos instrumentos que foram analisados.

Percebemos também a transparência e a opacidade nos recortes analisados. Sabemos que a politica está inserida na linguagem. A Libras carrega ainda em sua história, pelo que pudemos analisar nos recortes, o apagamento de sua historicidade, parecendo – nos que trata – se de uma língua que necessita sempre uma intermediação, não lhe foi dada autonomia enquanto língua, na legislação que lhe dá o direito linguístico de usá-la, no instrumento analisado ela ocupa um lugar interligado à Língua Portuguesa, tanto que nesta é imposto ao surdo como um complemento, desconsiderando a completude da Libras.

Enfim, o resultado da análise do recorte da Lei nos levou a concluir que para o poder público institucional a Libras não é uma língua completa, o efeito de sentido

no gesto de interpretação é marcada pela falta de escrita e por esta razão a Lei sutilmente determina a modalidade escrita da Língua Portuguesa (LP) para que o surdo assim consiga sua cidadania brasileira, o sentido disso está na supremacia da LP a despeito da Língua brasileira de sinais, não completa por não ser escrita.

A última parte da nossa pesquisa foi a elaboração de um Análise de Discurso. Escolhemos este nome parafraseando o conceito de sinalário, ou seja, conjunto de termos de uma área do conhecimento e seus significados, isto em relação às palavras, no nosso caso são termos referentes aos sinais de Libras, por isso Sinalário.

Este Sinalário está em construção, poderá ser modificado quando for apresentado ao grupo de pesquisa GPeCHeLi, ele foi construção e elaboração desta pesquisa.

Diante de todos os elementos da AD e HIL pesquisados concluímos que ainda há muito a ser pesquisado e aprofundado a pesquisa sobre a política linguística das legislações destinadas aos surdos possibilitou-nos questionamentos primordiais para a análise dos recortes, e até mesmo anterior a eles, no desenvolvimento de cada tema, gradativamente foi sendo tecido um novo olhar para a história, língua e ideologia o sujeito surdo.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Vieiros de Castro. 2. Ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e os Aparelhos Ideológicos do Estado**. Disponível em: <https://politica210.files.wordpress.com/2014/11/althusser-louis-ideologia-e-aparelhos-ideolc3b3gicos-do-estado.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

ANDERSON, Y. **A língua de sinais e cultura dos surdos**. Palestra proferida no VI Encontro Nacional de Pais e Amigos de Surdos – ENPAS/IV Encontro Nacional dos Surdos. Rio de Janeiro, 1994.

ASKOFARÉ, S. **Da subjetividade contemporânea**. A Peste, São Paulo,v. 1, n. 1, p. 165-175, jan./jun. 2009.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. – 3.ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

BALDINI, Lauro José Siqueira. A Análise de Discurso e “uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”. *In*: **Sujeito, língua e memória** – Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 117-129, jan./jun. 2014. ISSN 2176-1485.

BALDINI, Lauro José Siqueira. Sujeito e Subjetividade: Psicanálise e Análise de Discurso. *In*: PETRI, Verli & DIAS, Cristiane (orgs.). **Análise do Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2013.

BÄR, Eliana Cristina; RODRIGUES, Cássia Sígolo; SOUZA, Regina Maria de. Quando a política linguística se funda na noção de deficiência: circularidade nos textos das leis e a ilusão da garantia de direitos linguísticos. *In*: **Revista Digital de Políticas Linguísticas**. Año 10, Volumen 10, noviembre 2018. ISSN 1853-3256.

BARROS, Renata C. Bianchi de. LOPES, Patrícia de Campos; Orlandi, Eni P. & Massmann, Débora (orgs.). **Sociedade e Diversidade**. Trilogia Travessia da Diversidade – Vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: Acesso em: 09 dez. 2017.

BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL, Decreto nº 7.387, de 09 de dezembro de 2010. **Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 10 dez.2010. Disponível em: Acesso em: 03 dez.2019.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte e MAURICIO, Aline Cristina L. Novo Deit-Libras: **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas**. 2 volumes; Edusp, 2010.

DIAS, Luiz Francisco. **Os sentidos idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

Felipe, Tanya A. **Libras em Contexto**: Curso Básico: Livro do Estudante / Tanya A. Felipe. 8ª. edição- Rio de Janeiro : WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

FERREIRA BRITO, Lucinda. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. R.J.: Tempo Brasileiro, 1995.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso** - projeto de pesquisa: A Aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a posição do leitor autor (1997-2001), bolsita de iniciação cientifica Ana Boff de Godoy - [et.al.] - Porto Alegre: UFTGS. Instituto de Letras, 2001, p.30

HENRY,Paul. Os Fundamentos teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux.Tradutores Bethania S. Mariani... [et al.]. 2a. Ed. Editora da Unicamp, Campinas, SP. 1993

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira (1964-1984). (Tese de doutorado). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

JÚNIOR, Gláucio de Castro. **A Educação de Surdos no Distrito Federal**: Perspectivas da Política. 2011. 65f. Monografia - Curso de especialização de inclusão.

LOPES, Maraisa. **Da AAD-69 ao sinalário**: leituras da/sobre a Análise de Discurso, Líng. e Instrum. Linguíst., Campinas, SP, n. 44, p. 222-237, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/download/8657815/21798/>.

MAHER, Jane. **Seeing language in sign**: the work of William C. Stokoe. Washington DC: Gallaudet University Press, 1996.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (Re) ler Michel Pêcheux hoje. Tradução Eni P. Orlandi, Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, bethania. **Subjetividade e Imaginário Linguístico.** Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, ISSN 1982-4017, 2003. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/246/261>.

NUNES, J. H. (2008). "Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas**"**. *In*: **Letras**, v.18, n.2, p.107–124, jul./dez, Santa Maria: UFSM.

OATES, Eugênio. **Linguagem das mãos**. Aparecida do Norte: Santuário,1989

OLIVEIRA JÚNIOR, Carlos Barroso de. **O processo de institucionalização do direito à língua**: uma análise discursiva dos sentidos de línguas (co)oficiais em legislações municipais brasileiras. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras, Núcleo de Ciências Humanas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2018.

OLIVEIRA, Janine Soares de. **Análise descritiva da estrutura querológica de unidade terminologiacas do Glossário Letras-Libras**. 425 f. Tese(Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianopolis, SC, 2015

ORLANDI, E. Recortar ou segmentar? *In*: Linguística: **Questões e Controvérsias**. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 09-26.

ORLANDI, ENI P. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes. 1999.

ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil, São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, ENI P. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *In*: **Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, 1., 2003, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, nov. 2003

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Educação em direitos humanos**: um discurso. Fundamentos teórico-metodológicos, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/18_cap_2_artigo_10.pdf>.

ORLANDI, Eni P. **Língua Brasileira e outras histórias** - Discurso sobre a lingua e ensino no Brasil, Campinas, Editora RG, 2009

ORLANDI, Eni Puccinelli. – Os Efeitos de Sentidos do Termo Cultura nos processos se Segregação e Visibilidade da Surdez – A [Im]possibilidade de inclusão. *In*: BARROS, Renata C. Bianchi de. LOPES, Patrícia de Campos; Orlandi, Eni P. & Massmann, Débora (orgs.). **Sociedade e Diversidade**. Trilogia Travessia da Diversidade – Vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

ORLANDI.– Eu, Tu, Ele – **Discurso e real da história**. Campinas, SP: Pontes Editores,2017.

PÊCHEUX,M. **Semântica e Discurso**: uma critica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp. 1988 (tituloi original: Les Vérites de la Palice Maspero). Paris, 1975.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F.; HAK. T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX,M.;FUCHS,C.A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma Análise**

Automática do Discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux.Tradutores Bethania S. Mariani... [et al.]. 2a. Ed. Editora da Unicamp, Campinas, SP. 1993.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **Libras conhecimento além dos Sinais**. Pearson, 2011.

PLON, M. Do sujeito em questão. *In*: MILÁN-RAMOS, J. G.; LEITE, N. V. A. (Org.). **Terra-mar**: litorais em psicanálise. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 49-70.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre. Artmed. 2004.

QUADROS, Ronice Muller de; PIZZIO, Aline Lemos; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. **Língua Brasileira de Sinais I**. Florianópolis: Apostila da UFSC, 2009

RAMOS, Clélia Regina. **Histórico da feneis até o ano de 1988**. Editora Arara Azul Ltda, Petrópolis, Rio de Janeiro,2004. Disponível em <https://www.scribd.com/document/115067322/Historico-da-FENEIS-ate-o-ano-de-1988>.

ROCHA, Solange. **INES e a educação de surdos no Brasil** - aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Vol. 1, 2ª ed., Rio de Janeiro/RJ: INES, 2008.

RODRIGUES, Maria Janete Gonçalves Machado. **A Ideologia e a Forma Sujeito-de-Direito no Discurso Jurídico**: uma análise discursiva sobre a Operação Termópilas. 2018. 117 f. Dissertação (Mestrado). Mestrado Acadêmico em Letras, Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2018.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Políticas Públicas de Direito à língua e Consenso Etnocultural: uma reflexão crítica. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso e Políticas Públicas Urbanas** – a fabricação do consenso. Campinas, SP – Editora RG, 2010.

SILVA, Nilce Maria. **Instrumentos linguísticos de Língua Brasileira de Sinais**: constituição e formulação / Nilce Maria da Silva. Campinas, SP: [s.n.], 2012.

STROBEL, Karin. **As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. Apostila, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ZIZEK, S. **Eles não sabem o que fazem**: o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.